

A voz das crianças e dos adolescentes no jornalismo do PÚBLICO

Helena Catarina Durão Machado

Relatório de estágio de Mestrado em Jornalismo

Março de 2014

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Jornalismo, realizado sob a orientação científica do Professor António Granado e coorientação da Mestre Dora Santos Silva.

DECLARAÇÕES

Declaro que este relatório de estágio é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, 14 de março de 2014

Declaro que este Relatório se encontra em condições de ser apresentado a provas públicas.

O orientador,

Lisboa, 14 de março de 2014

- *Sabe, aquilo que entende como o seu “desfasamento”,
eu diria ser a sua mais-valia...*

Agradecimentos

Há loucuras que precisamos de cometer sozinhos.

O primeiro passo para a candidatura fi-lo às escuras, sem cúmplices, sem ter recorrido ao conselho de ninguém. Precisava de o fazer. Impulso ou apoio tive-os aos soluços por parte de quem me rodeava. Acredito que não seria fácil para as pessoas dizer-me “Boa! Um mestrado em Jornalismo vai ser perfeito para ti!”. Mas, conhecendo-me, penso que terão pensado: “Ela lá sabe o que anda a magicar...”.

Agradeço em primeiro lugar à minha mãe, exemplo de loucura que teimo em seguir toda a vida. Ao meu pai e à minha irmã que têm paciência para aturar duas loucas na família. Obrigada por não me terem dito “Ganha juízo!”. Obrigada por terem sentido orgulho, cada vez que publicava, cada vez que trazia uma história louca para contar.

Mas os meus agradecimentos vão quase todos para as pessoas que conheci a partir do momento em que comecei a aventura. Para a minha turma, os “Mestres do Jornalismo e da Ginja”, porque com eles me diverti, cresci, aprendi e voltei a ser miúda de escola.

Em particular, agradeço a amizade e a confiança dos colegas mais próximos e que se tornaram amigos: o **Leo**, a **Filipa** e o **Fábio**.

Um agradecimento especial ao Fábio, que me confirmou que fazer estágio no Público era de facto uma boa ideia. Mas não só por isso. Por termos sido os mais perfeitos aqui-inimigos na busca não só dos melhores resultados, mas das melhores aprendizagens, das melhores estórias, do melhor jornalismo.

Aos meus professores **António Granado** e **Dora Santos Silva**. Meus orientadores, meus amigos, meus modelos. Orientaram-me no caminho mais certo: o de que não existe espaço na vida para cometer meias-loucuras, mas sim loucuras e meia. À Dora, a quem prometi que faria o estágio, agradeço as palavras duras e meigas em todos os momentos de fragilidade por que passei. Por ter sempre acreditado no meu valor e na qualidade da minha escrita. Ao professor Granado especialmente agradeço o ter-me feito rir tantas vezes, porque eu bem sei que o ensino polvilhado de humor é muito mais eficaz. Por me ter ensinado regras que já tinha esquecido; por me ter “comprado” uma reportagem sobre fantasmas com o entusiasmo de uma criança.

Aos restantes professores, mesmo que me tenham proporcionado momentos de maior *stress*, com todos aprendi alguma coisa. Obrigada aos professores **Pedro Coelho**, **António José**

Teixeira, Christiana Martins e sobretudo ao **Paulo Nuno Vicente**, o mais exigente e hipervigilante professor que uma pessoa pode ter e que me fez regressar à luta da pesquisa académica.

Um agradecimento especial ainda à Professora **Cristina Ponte**, por me ter inspirado e guiado pelos trilhos do “jornalismo e infância” e com quem muito aprendi, quer através da leitura dos seus artigos e livros quer pela paciência e generosidade com que me recebeu.

No **PÚBLICO**, gostaria de agradecer a:

Isabel Anselmo – Pelo apoio incondicional, pelo carinho com que me tratou e me guiou dentro do mundo que é o Público.

Victor Ferreira – Pela forma como me ensinou determinadas coisas com muita elegância. Pela folga que me deu numa sexta-feira, quando eu estava quase a desfazer-me aos bocados.

Tiago Luz Pedro – Pela incrível paciência em aturar-me e em ensinar-me. Pelos sorrisos, pela educação, pelos seus muitos “impec, miúda” que me alegravam o dia.

Andreia Sanches – Pela extraordinária qualidade da sua escrita, pela persistência, coerência e inteligência com que fazia jornalismo, mesmo ali à minha frente, enquanto devorava pacotes de nozes e outras coisas calóricas, sem ganhar um grama.

Teresa Firmino – Pela confiança que depositou em mim, entregando-me a responsabilidade de escrever duas magnólias para a secção da Ciência.

José António Cerejo – Por ter sido o meu capitão desde o início, desde que em dezembro de 2012, publiquei uma reportagem estranha sobre fantasmas, editada por si. Pelos “Bom dia, Catarina!” vigorosos com que me saudava a meio da manhã.

Leonete Botelho – Por ser uma espécie de “fada-madrinha” naquela redação. Por saber comunicar comigo só com um olhar. Pelos elogios muito importantes que ouvi da sua boca, em momentos em que precisava urgentemente de os ouvir.

Andrea Cunha Freitas – Por ter sido a voz que me orientou e acompanhou num dos textos mais difíceis que escrevi na vida. Por ter confiado no meu discernimento quando precisei de tomar decisões importantes na escrita de algumas peças.

À restante equipa das ilhas da **Sociedade** e do **Local**: Ana Henriques, Clara Viana, Catarina Gomes, Inês Boaventura, Raposo Antunes, Natália Faria, entre outros com quem privei, ainda que telefonicamente. Porque acrescentaram alguma coisa à minha aprendizagem, dando-me ideias, contactos e apoio.

A todos agradeço muito. Mas há duas pessoas a quem não só tenho de agradecer como, no fundo, dedicar este trabalho: **Catarina Sampaio Rolim** e **Catarina Moura**.

Nunca mais o Público terá uma tripla de “Estagiárias Catarinas” como esta.

Pelos almoços a três, pelas conversas a três, pelas coscuvilhices a três, pelas gargalhadas a três. Por termos partilhado alegrias, emoções, frustrações e invejas (uma de nós foi viajar duas vezes!).

À Moura, pela sua loucura penteada, pelo seu sentido de humor extraordinário, pela inveja com que ficava das peças que fazia na sua ilha da Cultura.

À Rolim, por tudo. Por termos partilhado Santa Maria Maior, por ter precisado de mim e eu dela. Por me ter secado as lágrimas quando percebi que iria enfrentar mais um ano de desemprego. Por me ter inspirado a ser melhor.

Resumo

Este relatório é o resultado de uma reflexão baseada em dois tipos de experiência: o trabalho desenvolvido ao longo de um estágio na secção Sociedade do jornal Público, durante o verão de 2013, e a prática profissional da sua autora, enquanto professora e animadora, ao longo de 20 anos. Dessa confrontação – a do jornalismo com o ensino – questiona-se até que ponto as faixas etárias mais jovens em Portugal têm lugar para a sua voz no **jornalismo diário** de referência, nomeadamente do Público, dado que a sua **representatividade** nos *media* noticiosos pode constituir um importante elo de participação cívica entre os mais novos. Questiona-se ainda se as suas histórias são contadas na primeira pessoa e quais as principais representações da **infância** e da **adolescência** que os jornalistas transmitem aos seus leitores e se dá espaço à criança e ao adolescente para expressarem as suas opiniões e acentuarem o seu papel enquanto cidadãos ativos na sociedade (tal como está consignado na **Convenção sobre os Direitos da Criança** de 1989).

Através de uma reflexão qualitativa sobre algumas peças jornalísticas escritas no Público, durante o verão de 2013, mas também de uma breve revisão de literatura sobre o tema, conclui-se que, embora tenha havido nos últimos 30 anos uma significativa evolução na quantidade de peças escritas sobre menores de idade, os perfis traçados pelas notícias continuam a incidir maioritariamente nas representações da “criança-vítima” e da “criança-aluno”. Apesar de tudo, é de notar uma abertura do Público para o texto longo (reportagem) onde as crianças envolvidas assumem claramente o seu protagonismo. Todavia, esta é uma situação que, dado o período de tempo em análise, não é determinante para se afirmar uma tendência crescente da presença da voz dos mais novos no jornalismo do Público, mas sinal de que alguns dos seus jornalistas e editores estão sensibilizados para a mudança do paradigma.

Palavras-Chave: Jornalismo diário de referência; Jornal Público; Representatividade; Voz; Infância e Adolescência; Convenção sobre os Direitos da Criança; Cidadania Infantil.

Abstract

This report is the result of a reflection based on two kinds of experience: the work developed in an internship at the Society section of newspaper Público, during the summer of 2013, and the professional practice of its author as a teacher and animator, along 20 years. Out of this confrontation - between journalistic and teaching perspectives - one might question to what extent do younger age groups in Portugal have printing space for their voice in daily journalism of reference, namely in Público, hence their representation in news media can be an important link of civic participation among youngsters. One might also question if their stories are told in first hand and which are the representations of childhood and adolescence that journalists convey to their readers, and still If space is given to children and adolescents to express their opinions and accentuate their role as active citizens in society (as enshrined in the Convention on the Rights of the Child, dated of 1989).

Through a qualitative reflection on some journalistic features written in Público, during the summer of 2013, but also through a brief review of literature on the subject, one may conclude that, although there has been in the last 30 years a significant evolution on the number of features written about people under 18, the profiles conveyed by the news continues to focus mainly on the representations of the "child-victim" and the "child-student". In spite of it all, it is worth noting an opening in Público for the long text (report story) where children involved clearly assume their leading role. However, this is a situation that, given the time period under analysis, it is not conclusive to assert a growing trend of the presence of the voice of the youngest on the journalism of Público, but is yet a sign that some of their journalists and editors are aware of a paradigm shift.

Keywords: Daily journalism of reference; newspaper Público; Representativity; Voice; Childhood and Adolescence; Children Citizenship.

Índice

0. PONTO PRÉVIO	11
I. INTRODUÇÃO	
1.1. Um estágio no PÚBLICO	12
1.2. A secção “Portugal”	12
1.3. Uma <i>silly season</i> sem nada de <i>silly</i>	13
II. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO: O PÚBLICO	
2.1. História	16
2.2. Geografia	17
III. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS TAREFAS DO ESTÁGIO	
3.1. Os primeiros desafios na secção da Sociedade	19
3.2. A Notícia – género “dor de cabeça”	20
3.3. A Reportagem – zona de conforto	24
3.4. Colaborações com as secções Local, Ciência, Política e com a Revista 2 e o Multimédia	30
3.5. Educação, Educação e Educação	34
IV: A VOZ DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES NO JORNALISMO DO PÚBLICO	
4.1. A pertinência do tema	38
4.2. Enquadramento teórico-legal	40
4.3. Um olhar pontual sobre o Público no verão de 2013	
4.3.1. A representação da infância e da adolescência no Público	49
4.3.2. A Reportagem sobre a infância e a adolescência	54
4.3.3. As vozes “deles” através da minha	56
V. SUGESTÕES	65
VI. CONCLUSÕES	
6.1. A eterna e crescente responsabilidade dos <i>media</i>	68
6.2. Um jornalismo especializado em infância?	69
6.3. Partilha de responsabilidades	70
6.4. Criação de vínculos	71
VII. BIBLIOGRAFIA	73
VIII. ANEXOS	74

0. PONTO PRÉVIO

Fazer um mestrado profissionalizante em Jornalismo quando se é uma professora desempregada de 35 anos parece uma ideia absurda. Tão absurda que, na primeira aula do Mestrado em setembro de 2012, eu já nem me lembrava de como era estar sentada num banco de escola, a responder aos professores.

Habituara-me a estar do outro lado da barricada e dei por mim, nessa primeira aula, a divertir-me. Pensei que era exatamente por isso que ali estava. Na minha idade e com a minha experiência profissional, pensei que me poderia dar ao luxo de tirar um ano e meio da minha vida para voltar a sentir, mas agora sem a pressão de uma licenciatura, o deslumbramento que senti na minha primeira aula do curso de História, em que o professor, para lá de catedrático, cuspiu nomes assírios e babilónios como “Sharkalisharri” e “Nabucodonosor”, enquanto eu o imaginava em expedições cheias de pó no Médio Oriente.

Mas a palavra agora era “profissionalizante”, diziam os professores do Mestrado em Jornalismo. E eu, na obscuridade do meu subconsciente, desconfiava que até nesse intento absolutamente longínquo de me tornar uma jornalista profissional, o que eu queria simplesmente era divertir-me. Experimentar voltar a escrever, depois de cinco anos afastada do jornalismo que foi a minha profissão durante cerca de dois anos, em uníssono com o ensino. Agora, apesar de ser a sério, eu não era uma professora de História desempregada de 35 anos, mas uma estudante que estava ali para aprender, para se desafiar e para se divertir. E assim foi até ao fim.

I. INTRODUÇÃO

1.1. Um estágio no PÚBLICO

Quando decidi que a componente não letiva do meu mestrado seria um estágio, não tive dúvidas em relação à escolha do local onde iria querer estagiar. Apesar de ter feito vários trabalhos jornalísticos de “revista”, onde tinha prazos mais dilatados e um género de escrita mais a ver comigo, pensei que, numa lógica de aprendizagem contínua, o mais apropriado para mim seria escolher um jornal de tiragem diária. Neste raciocínio só conseguia incluir o Público, porque era onde revia mais a minha personalidade e a forma como, a meu ver, aprofundavam questões que não via devidamente tratadas noutros jornais diários. Quis aprender com os melhores, mesmo que para isso eu tivesse de aprender o mais duro e complicado ensinamento de todos: escrever sob pressão.

O processo foi acelerado e, uma vez que podia ser colocada numa escola a 1 de setembro de 2013, preferi realizar o estágio durante o verão para não ver comprometida uma futura colocação profissional.

Foi pelo telefone que o Victor Ferreira me disse, dias antes de começar o meu estágio no Público: “Pela análise do seu currículo, aconselho-a a ir para a Sociedade ou para a Cultura.” Estava repleto de razão. A Sociedade afigurou-se-me a mais perfeita secção para eu própria poder crescer. A minha predileção por temas relacionados com o Património teria de esperar, até porque um estágio num jornal generalista seria supostamente um desafio tão imenso como a própria profissão de jornalista. Experimentar um pouco de tudo, aprender matérias diversas e privar com pessoas que me pudessem formar enquanto jornalista era o meu objetivo. E por isso segui a sugestão do Victor.

Fui jornalista estagiária na secção “Sociedade” do Público entre 17 de junho e 17 de setembro de 2013.

1.2. A secção Portugal

“Que tal estamos de escrita jornalística?”, perguntou-me o meu novo editor, Tiago Luz Pedro, naquela tarde de 17 de junho. “Mais ou menos”, respondi-lhe. “É melhor considerarmos que não sei nada.” Obtive um sorriso de incerteza e uma pequena tarefa para o Online. Escrever uma notícia sobre a reação da Associação dos Professores de Português

à prova que tinha decorrido naquela manhã. Umas curtas linhas depois, Tiago dizia as suas habituais e reconfortantes palavras: “Impec, miúda!”

Quando a secretária Isabel Anselmo me mostrou a mim e às minhas novas colegas estagiárias a redação, apontou para amontoados de secretárias e de pessoas desconhecidas, referindo-se a eles como “ilhas”. “Ali ao fundo está a secção Portugal com a ilha da Sociedade à direita e a ilha da Política à esquerda.” Para mim, que sofro de uma inexplicável desorientação geográfica, ajudou imenso saber que o sítio onde iria trabalhar ficava junto a uma parede com um “P” vermelho gigante. Fiquei também a saber que o meu editor, Tiago Luz Pedro, era aquele rapaz alto com uns protetores auriculares laranja, daqueles que se usam na construção civil, que maltratava as teclas do seu computador com um ritmo frenético de escrita.

E “Portugal” não era apenas Sociedade. Na hierarquia da visão editorial do jornal impresso, antes de tudo, estava a Política, e portanto na liderança da secção mais prioritária do jornal estava a Leonete Botelho, jornalista que também veio a ter um papel muito importante na minha formação. Cedo percebi que o corredor que dividia as duas ilhas podia ser como um pequeno canal, mas a ponte era uma constante.

1.3. Uma *silly season* sem nada de *silly*.

Na tarde quente de 2 de julho, um dia depois da demissão de Vítor Gaspar, os jornalistas do Público estavam todos concentrados nos seus afazeres. Os televisores estavam ligados porque a revelação do dia anterior nos tinha deixado alerta. Eu estava a trabalhar igualmente, mas talvez tenha sido um instante de cansaço que me fez levantar os olhos para o televisor da nossa ilha. Em rodapé circulava: “Paulo Portas demitiu-se.”

Olhei em redor e vi todos de cabeça baixa. A redação estava particularmente calma sobretudo quando o homem que equilibrava o país com um dedo acabara de se demitir. “O Paulo Portas demitiu-se?”, perguntei à minha colega Andreia Sanches. Ela levantou os olhos, encolheu os ombros e olhou para a televisão. Disse para o Tiago, a seu lado: “O Paulo Portas demitiu-se?” O Tiago, por sua vez, saiu por uns segundos do seu mundo e olhou em seguida para as notícias. E para o outro lado do corredor, exclamou para a Leonete: “O Paulo Portas demitiu-se!”

O que se seguiu foi inexplicável. A Leonete berrou: “O Paulo Portas demitiu-se!” E logo na redação se ouviram interjeições e o volume dos televisores foi colocado no máximo. “Pronto, o Governo caiu”, diziam uns. “Ninguém vai de férias agora!”

Fazer estágio no verão era um risco, dizia-me uma amiga. “Vais fazer a *silly season* e vais passar o tempo a escrever sobre incêndios.” Um amigo, que fizera o estágio no Público no verão anterior, contrapunha: “Vai ser ótimo para ti. Como não há muito para fazer, podes propor imensas coisas.” E, em parte, o meu amigo tinha razão. Ele sabia que eu era pessoa para ter uma lista pronta de ideias para fazer reportagens. Só não conseguiria adivinhar que grande parte daquele verão iria ficar marcada não só por grandes contestações sociais como por uma grave crise política.

De facto, no início do verão, a *silly season* parecia nunca mais começar nas principais secções do Público. Isso significava que o próprio país estava em ebulição. E tudo parecia estar a acontecer naquelas primeiras semanas de um verão particularmente quente. Greves, manifestações, demissões, instabilidade nas ruas, nas escolas, no Parlamento.

Se na Educação o país parecia não tirar férias (com as greves dos professores às avaliações e aos exames; a polémica de uma prova a ser realizada pelos professores contratados; e a não colocação de milhares de docentes em finais de agosto), na Política registaram-se semanas de grande instabilidade, em que as capas do Público davam destaque, alternada e invariavelmente, aos protagonistas: Passos Coelho, Paulo Portas, Cavaco Silva, Maria Luís Albuquerque, Nuno Crato, Rui Machete.

Todas as polémicas que surgiram com a crise política fizeram aumentar o interesse dos leitores e a tiragem nos primeiros dias de julho atingiu níveis históricos. A sociedade portuguesa não podia tirar férias – ou porque não tinha dinheiro para isso ou porque seguia a par e passo os acontecimentos diários da política nacional (desde as decisões supostamente “irrevogáveis” de ministros, aos compassos de espera do Presidente da República, às decisões do líder da oposição, aos escândalos que envolviam os novos ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros).

Depois de uma temporada bastante aquecida no que à política diz respeito, uma outra se iniciou – a preparação para as eleições autárquicas. Dava-se a volta ao país à procura dos efeitos da reformulação administrativa das freguesias, escutavam-se os candidatos, espreitavam-se as inaugurações de última hora e os “tesourinhos das Autárquicas” faziam as delícias dos portugueses.

E desde que iniciei o estágio, a 17 de junho, e durante cerca de dois meses seguidos, o ritmo alucinante em que me vi envolvida não me permitiu apresentar e desenvolver a maior parte das ideias que levava no bolso. “Fala-me disto”, dizia o Tiago no assunto dos *e-mails* que me

enviava do outro lado da secretária. E todos os dias, a todas as horas, eu tinha despachos, estatísticas, leis e relatórios para ler, saídas ao terreno, textos que tinham de ser escritos à distância e enviados pelo telemóvel, desafios atrás de desafios. Saúde, Justiça, Religião, Segurança Social, Empreendedorismo, Migrações, Graffiti, Manifestações, Desemprego, Praias, Direitos Humanos, Solidariedade, Autárquicas... e Educação, muita Educação.

II. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO: O PÚBLICO.



“PÚBLICO é um projeto de informação em sintonia com o processo de mudanças tecnológicas e de civilização no espaço público contemporâneo.

PÚBLICO é um jornal diário de grande informação, orientado por critérios de rigor e criatividade editorial, sem qualquer dependência de ordem ideológica, política e económica.

PÚBLICO inscreve-se numa tradição europeia de jornalismo exigente e de qualidade, recusando o sensacionalismo e a exploração mercantil da matéria informativa.

PÚBLICO aposta numa informação diversificada, abrangendo os mais variados campos de atividade e correspondendo às motivações e interesses de um público plural. (...)”

Excerto do Estatuto Editorial do Público

2.1. História

Estava no sétimo ano, quando o Público nasceu, a 5 de março de 1990. Na época, as principais referências da imprensa portuguesa eram o Diário de Notícias e o Expresso, e o Público teve de batalhar para merecer um lugar de destaque nos escaparates dos quiosques portugueses.

Em janeiro de 2005, José Manuel Fernandes prefaciava a segunda edição daquela que é considerada uma “bíblia” para muitos jornalistas:

(...) Quisemos elaborar também um Livro de Estilo que fizesse parte da nossa diferença. Isto é, a diferença de um jornal que desejava afirmar-se pela positiva, pela exigência, pela qualidade, de um jornal que se recusava a aceitar a realidade cinzenta da imprensa diária portuguesa, (...) de um jornal que se definia sem fronteiras e tinha como ambição realizar um jornalismo ao nível do melhor que se praticava e pratica na Europa (...)”¹

As influências do jornalismo internacional surgem mencionadas nos parágrafos seguintes do Livro de Estilo. The New York Times, La Repubblica, El País, Le Monde, The Independent. Monstros sagrados da imprensa internacional que olham hoje para o Público como um par, 24 anos transcorridos desde a sua primeira edição.

O jornal que nascera do sonho de combater a realidade cinzenta dos seus congéneres cresceu sob a tutela de alguns homens e uma mulher. De Vicente Jorge Silva a Bárbara Reis, a história fez-se. Vincada, exigente, sem fronteiras, primando acima de tudo pela procura da qualidade. E o Público reinventou-se. Chamou a si os melhores jornalistas, os melhores fotógrafos, os melhores *designers*, os melhores informáticos.

¹ In **Livro de Estilo do Público**, 2ª edição, Março 2005, p. 5.

Em 1995, surgiu o Público Online – hoje publico.pt – e desde aí tem acumulado distinções e prémios, como um dos jornais digitais mais vistos do país.

As nomenclaturas, o *design* e a forma de arrumar o jornal impresso também foram mudando com os anos. A Pública transformou-se na Revista 2, que sai ao domingo, e o caderno principal juntou o P1 e o P2, dando mais peso aos destaques do dia nas primeiras páginas. Os suplementos (ou revistas) Ípsilon (sexta-feira) e Fugas (sábado) continuam, desde há uns anos, com a mesma política editorial.

Os ventos do digital estão a chegar a Portugal com mais força e é nesta conjuntura que as reportagens multimédia de Vera Moutinho e Joana Bourgard atingem a diferença de que falava José Manuel Fernandes em 2005. Esta é uma secção que tem vindo a ter cada vez mais destaque, estando o Público a provar que um jornal diário não tem de se limitar apenas a um bom jornalismo escrito. A adaptação aos tempos modernos também trouxe o Jornalismo de Dados, que até já ganhou prémios com o Público.

Hoje, depois de uma reformulação penosa ocorrida em outubro de 2012, em que foram dispensados vários jornalistas do quadro do Público, o jornal enfrenta ainda uma grave crise financeira, mas não deixa de dar mostras do seu trabalho inovador e de ser considerado um jornal de “referência”, ou seja, um periódico lido “pelos leitores mais exigentes e mais instruídos” – como dizia ainda Fernandes no seu prefácio.

A “referência” mantém-se apesar de a sua relação com os leitores estar a mudar. Surgiram em Portugal novos projetos redatoriais, entretanto. A quebra da venda do jornal impresso ainda não consegue ser compensada pela assinatura mensal dos leitores que, entretanto, mudaram os seus hábitos e suportes de leitura.

Muitos dos leitores e amigos do Público dizem: “O Público mudou.” Mas o país também mudou e a História fez o mundo girar. A exigência e a qualidade não podem ser apenas pressupostos do estatuto editorial do Público, mas prerrogativas de qualquer bom profissional do século XXI. E isso aprende-se com os melhores.

2.2. Geografia

Na redação que se espalha pelo *open space* do edifício na Doca de Alcântara, em Lisboa, as “ilhas” compõem as páginas do jornal. O Mundo e a Economia de um lado, o Desporto e a Ciência noutro, a Cultura junto aos suplementos Ípsilon, Fugas e Revista 2. Há ainda uma

secretária para o separador Life and Style, que existe apenas na Internet. Antes de chegar à Política, perto da Economia, está o Online e o Multimédia. E depois, ao fundo, Portugal: Política, Sociedade e Local. Na mezanine, a Fotografia, e, nos cantos, as Direções e a Infografia.

Na minha ilha da Sociedade, Tiago Luz Pedro era o editor desde 2007. Coordenava uma equipa que começava em Lisboa, passava pelo Porto e se distribuía pelo país inteiro, atendendo à quantidade de colaboradores que trabalham para o Público: da Graça Barbosa Ribeiro, em Coimbra, ao Tolentino de Nóbrega, na Madeira, ou ao Idílio Revez, no Algarve, só para dar alguns exemplos.

Com a reformulação de pessoal, a subsecção Local perdeu a sua editoria e passou a ser liderada por Tiago Luz Pedro, ainda que a ilha seja capitaneada por José António Cerejo².

Durante o verão, houve de novo uma pequena reformulação e a partir de setembro o Tiago passou para o leme do Online, passando a editoria da Sociedade para a portuense Andrea Cunha Freitas, com quem mantive, durante umas semanas, uma interessante relação profissional, ainda que telefonicamente. A ilha sofreu um golpe brutal com a saída do seu construtor, mas reergueu-se com a liderança da Andrea, mesmo à distância. Afinal, também a equipa do Porto se mantinha ligada à editoria lisboeta por telefone.

² Esta situação alterou-se entretanto, tendo havido novas mudanças nas editorias mais recentemente.

III. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS TAREFAS DO ESTÁGIO

Construí uma tabela com a descrição do trabalho que fui realizando ao longo dos três meses de estágio³, também para facilitar a escrita deste capítulo. O ritmo de produção de textos manteve-se um pouco acelerado até meados de agosto, data em que o meu editor entrou de férias e eu senti uma acalmia estranhamente reconfortante na ilha da Sociedade, cada vez mais deserta, com as férias dos colegas. Tive algum tempo para me dedicar a umas peças que entretanto propus e a outras que iam surgindo.

A tabela que coloquei em anexo tem 45 entradas, 34 das quais respeitam a textos que foram publicados nos formatos impresso e digital, e 11 apenas no formato digital. Ainda que a maior parte dos trabalhos sejam notícias de dimensão média (meia página) e longa (uma página), consegui concretizar o meu objetivo de me dedicar à reportagem, género de que gosto particularmente, tendo elaborado 15 peças (embora uma tivesse sido escrita antes do estágio e outra fosse no formato Multimédia).

3.1. Os primeiros desafios

Durante uma hora e meia na manhã de dia 18 de junho não tive nada para fazer. Estava impaciente e pedia aos meus colegas que me dessem alguma tarefa, até começar a reunião de editores à qual eu e as minhas colegas estagiárias iríamos assistir. “Não te preocupes, que trabalho não te há de faltar”, brincava José António Cerejo, num misto de pena pela minha condição de estagiária mas também de alguma graça que lhe é característica. Afinal o primeiro trabalho a sério já estava agendado. Eu deveria ir, no final da manhã, para a porta de uma escola em Lisboa, entrevistar os alunos que tivessem acabado de fazer o exame do 11.º ano de Biologia-Geologia.

“Nervosa?”, perguntava o fotógrafo Zé, também ele estagiário, no táxi a caminho da Escola Secundária D. Filipa de Lencastre. Analisei o que sentia e cheguei à conclusão que não tinha por que estar nervosa. Afinal eu ia para a porta de uma escola falar com miúdos, algo que tinha feito centenas de vezes.

No entanto, o estágio no Público não se iria ficar pelo fácil. Os desafios foram aumentando de dimensão e de responsabilidade.

³ Ver Anexo 1.

No dia seguinte, fiz a minha primeira notícia a sério. Com direito a seguir o ministro da Saúde no Laboratório Militar e a tentar esquivar-me das objetivas dos outros jornalistas. De nada me valera o esforço, até porque no dia seguinte me dei conta que, na fotografia publicada, o Zé me tinha fotografado com o ministro da Saúde, numa pose muito peculiar.

Esta peça⁴ foi, na realidade, o meu primeiro grande desafio. Regressava tarde da rua, precisava de escrever para sair no dia a seguir. “Afim, temos de dar prioridade a outra situação que entretanto surgiu na Saúde. Tens de conciliar as duas coisas em menos de três mil caracteres.”

Ao terceiro dia de estágio, enfrentava pela primeira vez o meu maior medo no Jornalismo: escrever sob pressão, sobre um tema que mal dominava, para ser publicado no papel, no dia seguinte. Seria a primeira vez que faria onze horas de trabalho durante o estágio.

3.2. A Notícia – género “dor de cabeça”

É a partir da matéria das notícias que se estruturam e desenvolvem os outros géneros – e nenhum deles pode dispensar a componente noticiosa que lhes confere pertinência e acuidade informativa.

Livro de Estilo do Público, p. 16.

Até ao dia 27 de junho, fiz essencialmente notícias, o que para mim significava passar oito horas sentada a fazer leituras e telefonemas e a enviar *e-mails*. Aprendi que precisava de praticar mais este género jornalístico, até porque me dava mal a formular *leads*, entradas e títulos. O que se aprende na escola (e eu aprendi Escrita Jornalística no Secundário, no Cenjor e nas aulas do mestrado) é que a pirâmide deve estar invertida para dar ao leitor o mais importante no início da leitura. Mas na prática, o mais desafiante para mim foi, em certas peças, **descobrir o que era afinal o mais importante.**

O peso da responsabilidade começou a tornar-se difícil de suportar, sobretudo quando a partir de um conjunto de documentação que me chegava às mãos, eu tinha de interpretar o que era, de facto, o mais importante – escolher, priorizar, titular o mais importante. “Não pode ser sensacionalista ou alarmista, deve ter uma leitura acertada, útil para a sociedade e, de preferência, deve ser uma conclusão exclusiva do nosso jornal.”

⁴ Ver Anexo 2.

Não era uma tarefa fácil. Sentia que, se a minha sensibilidade enquanto cidadã me fazia escolher algumas conclusões como as mais acertadas, nem sempre a sensibilidade de um jornalista, que pensa no seu público-alvo, é a mesma. Era como se existisse um conflito dentro de mim, em que a cidadã de 36 anos (ou seja, a leitora) se confrontasse com a jornalista. Afinal, quem teria razão? Eu, enquanto leitora, ou eu, enquanto jornalista?

A notícia sobre a regulamentação dos *graffiti*⁵ e a notícia que dava conta da diminuição de estrangeiros a residir em Portugal⁶ são bem o exemplo das dificuldades que tive no início do estágio. As duas surgiram a partir da consulta de dois tipos de fontes: no primeiro caso, um projeto-lei que o Tiago retirou do *site* do Governo; e, no segundo, um relatório anual do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), enviado para a agenda do Público.

No último caso, e à semelhança de outros trabalhos do género, o relatório era extensíssimo. Grande parte do tempo que dispunha para trabalhar neste tipo matérias usava-o a ler e a tentar compreender quais as conclusões mais relevantes daquela documentação. Por mais que o gabinete de comunicação do SEF (e outros organismos similares) tivesse elaborado uma súmula dos aspetos mais importantes do estudo, era necessário fazer a nossa própria leitura, de modo a encontrar algo que, do ponto de vista jornalístico, fosse muito mais relevante do que o que era destacado internamente pelo organismo em causa.

Na realidade, construí **uma autoexigência que não esperava**. Em algumas situações, o recurso às notícias disponibilizadas pela agência Lusa (geralmente a primeira a publicar) ajuda a guiarnos o raciocínio, mas porque fiz várias peças originais, resultado do competente trabalho de pesquisa do editor, dei por mim a ter de contar comigo apenas. E a falta de confiança no meu ainda muito incipiente trabalho fez-me ser mais cautelosa e até a pôr em causa o que lia sobre esses assuntos noutros órgãos de comunicação. Sentia-me frustrada na maior parte das vezes que tinha uma notícia para escrever, porque demorava demasiado tempo a ler e a formular questões.

De tal modo me deixei enredar numa teia de exigência e obsessão, que discutia muitas vezes as matérias com o meu editor, de modo a que duas cabeças pensassem melhor do que uma. No caso da peça sobre os estrangeiros a viver em Portugal, eu e o Tiago chegámos a ter uma

⁵ Ver Anexo 3.

⁶ Ver Anexo 4.

divergência. Se o título sintetizava os factos apurados, a entrada, da sua autoria, contrariava o sentido que eu queria ter dado à notícia⁷. Afinal, era o meu nome que assinava a peça.

Com o tempo fui digerindo melhor esta responsabilidade. Aprendi no Público que as conversas que se têm nos intervalos das escritas têm um poder pedagógico mais certo do que uma aula de Escrita Jornalística. As questões deontológicas que se levantam com simples detalhes de interpretação fizeram-me muito lembrar a forma como se opera na História-Ciência. O texto produzido tem de resultar de um trabalho muito minucioso de leitura e interpretação. Sobretudo quando as nossas fontes primárias padecem elas mesmas de imprecisões ou se têm agendas próprias. Mas, havendo dúvidas, telefona-se e pergunta-se as vezes que forem necessárias. Passei a compreender por que razão se diz que um bom jornalista é o mais chato. Mas também não deixa de ser humano e os erros são coisas inevitáveis com os quais é preciso saber lidar.

Uma das reflexões mais importantes que faço a respeito do estágio na Sociedade é a forma como os jornalistas desta secção **estão tão dependentes do próprio Estado**. Os setores da Educação, da Saúde, da Justiça, da Segurança Social e da Administração Interna são todos eles coordenados por organismos estatais e que são, na maior parte das vezes, as nossas únicas fontes. A procura pelo contraditório e a tentativa de esclarecimento de questões que surgem ao longo da leitura e consulta de leis, despachos e relatórios, são os aspetos mais complicados com os quais um jornalista estagiário tem de lidar. Do outro lado, os telefones ficam muitas vezes desligados, os *e-mails* ficam sem resposta e as alternativas são escassas. As horas diluem-se com as, por vezes, infrutíferas tentativas de contacto e a notícia acaba por sofrer rudes golpes de congruência por isso. Valeu-me muitas vezes a preciosa lista de contactos dos colegas e do editor, pois se não tínhamos fulano X para comentar ou explicar tal situação, então contactava-se o sicrano Y.

Basicamente, na Sociedade, se a fonte era o Governo, sob a forma de um dos seus ministérios ou direcções gerais, o contraditório assumia a forma de um sindicato ou uma associação independente. Outro tipo de fontes, diria auxiliares, a que tive de recorrer em várias ocasiões foi a dos especialistas ou académicos, excelentes *inputs* que assumem, de uma forma quase sempre neutra, uma posição que reforça a consistência da peça jornalística. Um geógrafo, um

⁷ Ou seja, lendo-se a notícia compreendia-se que a diminuição de estrangeiros a residir em Portugal se devia em grande parte à nacionalização de muitos deles, logo, não seria correto dizer que tinham “abandonado” o país cerca de 20 mil imigrantes.

antropólogo ou um sociólogo fariam logo a diferença em qualquer uma das peças que enunciei atrás.

Não posso deixar de sublinhar **o quanto se faz “jornalismo sentado” no Público**. Ou seja, o quanto o jornal, impresso ou digital, depende tanto da notícia, sobretudo se esta constituir um “furo”. É difícil fugir a esta realidade. Os leitores de notícias, agora cada vez mais ligados através das redes sociais, exigem qualidade e rapidez. E para isso há que saber tirar o máximo proveito das tecnologias disponíveis e que estão ao alcance do jornalista, quando este está sentado à sua secretária. A Internet facilita quase tudo: o Google, a Intranet do Público (com vários recursos indispensáveis), os *sites* das agências noticiosas e de outros *media*, o *e-mail*, a inestimável base de dados Gesco... Não há como não aproveitar todas estas ferramentas. Possibilitam-nos uma maior rentabilização do tempo e por vezes dão-nos mais certezas a respeito de um acontecimento do que se estivéssemos a testemunhá-lo *in loco*.

Diria que o principal problema do jornalismo sentado é uma certa falta de personalidade que se sente nos textos finais. O propósito da leitura deste tipo de *fast news* é puramente funcional e pragmático, mas gostava de refletir aqui se o caminho do jornalismo também não se poderá fazer pela via do “sentado, sim, mas com personalidade”. Li várias notícias da autoria da Andreia Sanches que são disso exemplo. Um estilo muito próprio, onde as regras da pirâmide invertida se esquecem no sentido tradicional do termo, para dar lugar a uma escrita mais dinâmica e narrativa. É o tipo de jornalismo que me inspira e que julgo poder constituir exemplo para muitos jornalistas que parecem não saber desvincular-se do seu formato tradicional.

Outro dos problemas do jornalismo sentado é que não há tempo e não há espaço (sobretudo no papel) para **aprofundar determinados valores-notícia**, transformando-os em peças de investigação ou reportagem. As limitações de espaço levam os editores quase à loucura, num jogo matemático constante, distribuindo colunas e caracteres pelos jornalistas. O aprofundamento de determinadas matérias deseja-se sobretudo para publicar ao fim de semana, quando o jornal é mais vendido e quando a redação está mais vazia. É uma boa estratégia porque não só enche páginas de edições com a devida antecedência, como permite aos jornalistas, um ou outro de cada vez, uma maior disponibilidade para a investigação.

O género da notícia no Público pode não ser superior à de outros jornais, uma vez que todos recorrem às mesmas agências, nomeadamente a Lusa, publicando até os mesmos *takes*. O que talvez distinga a notícia do Público da de outros jornais é o facto de se insistir na diferença em várias peças – uma leitura mais atenta e uma interpretação escrita que torna o acontecimento mais claro e mais completo. A assinatura da maior parte dos artigos pelos jornalistas que os escrevem é disso exemplo. “Todos assumimos a responsabilidade pelo que escrevemos”, dizia o Victor Ferreira no primeiro dia em que nos recebeu. Talvez essa seja uma estratégia que imprime maior qualidade ao jornal. **Quando vemos o nosso nome associado a um texto, queremos escrevê-lo o melhor possível.**

Das 45 entradas da tabela, 24 correspondem a notícias, pelo que sobretudo nos dois primeiros meses do estágio tive muitas “dores de cabeça”. Como escrevi apenas duas breves nos últimos dois dias do estágio, e a maior parte das notícias que escrevi resultavam de temas um pouco polémicos (sobretudo de Educação), considero que o objetivo que me fez procurar um estágio num jornal diário foi assim concretizado. Perder o medo de assumir a responsabilidade pelas conclusões que destacava; trabalhar com prazos apertados; entrevistar pessoas pelo telefone (sobretudo com más condições de receção) foram algumas das dificuldades que fui superando.

No entanto, reconheço: não é o meu género e nunca será. E embora tenha aperfeiçoado a técnica ao longo dos meses, sei que ainda é o que faço pior, porque o faço com pouco gosto. É a reportagem a minha nuvem.

3.3. A Reportagem – zona de conforto

O PÚBLICO aposta decididamente na personalização dos factos e na descrição sugestiva de ambientes, atmosferas, gestos e atitudes que, sem prejuízo do rigor da informação, permitem ao leitor enquadrar os comportamentos dos protagonistas dos acontecimentos no clima social e dramático em que eles ocorrem. A capacidade de retratar esses atores, sem pretensiosismos psicologistas, faz parte da arte que deve inspirar todo o trabalho jornalístico: a de saber contar histórias.

Livro de Estilo do Público, p. 17

Um dos maiores receios que tive em fazer um estágio num jornal era o de passar demasiado tempo numa redação. A minha profissão e outros trabalhos que tive ao longo dos últimos 13 anos habituaram-me a estar de pé, a circular entre vários espaços. Estar sentada muitas horas à

frente de um computador iria ser extremamente difícil para mim. “Talvez saias algumas vezes, na Sociedade”, dizia-me o Victor Ferreira perante a minha preocupação sedentária.

E na verdade, fiz questão de o dizer ao meu editor. “Gosto de rua, gosto de entrevistar, gosto de reportagem.” Deste modo, ele saberia com o que contar. No passado, tinha feito dezenas de reportagens, estava habituada à metodologia. No entanto, mesmo sabendo ser essa a minha zona de conforto, não podia deixar de pensar que agora estava a trabalhar para o Público e que essa responsabilidade tinha de me tornar mais humilde. E se a minha maneira de escrever reportagem fosse errada no Público? Mas sabia que tinha de arriscar. Era para isso que estava a fazer o estágio.

Na primeira semana, publiquei, sob o formato de *magnólia*⁸, a reportagem **“A vida é uma peça de teatro que não precisa de ensaios”**⁹, sobre o Conselho Português para os Refugiados (nesse dia, 20 de junho, celebrava-se o Dia Mundial do Refugiado). Embora tenha sido um trabalho realizado durante o segundo semestre do mestrado, foi a primeira vez que tive a dura tarefa de editar um texto. Ou seja, convertê-lo de 14.500 caracteres para 10 mil. Este foi, com efeito, um grande desafio, até porque sempre sofri de uma determinada “incontinência de caracteres” (como haveria de dizer Andrea Cunha Freitas, brincando). Mas foi um dos desafios mais relevantes da primeira semana de estágio, até porque, mentalmente, eu haveria de começar a autocensurar-me sempre que escrevia, para evitar que a edição posterior alterasse por completo a sua mensagem.

Mas fazer reportagem, para mim, era sair. E na primeira semana de estágio saí três vezes. As primeiras duas reportagens de pequenas dimensões que escrevi (sobre Educação) foram publicadas no Online e penso que terão servido como um teste para o meu editor. A prova de fogo surgiu no dia da **Greve Geral**, 27 de junho.

Já tinha ouvido dizer que enviam sempre os estagiários para as manifestações e eu sentia que naquela quinta-feira asfixiante de junho ia ser eu a escolhida para ir para a rua fazer a reportagem, em Lisboa. E assim foi. Depois de uma manhã desesperante a fazer telefonemas

⁸ *Magnólia* é como se chama às páginas de cor bege onde se publicam temas de interesse humano ou de investigação e que não estão necessariamente inscritos nos assuntos da agenda diária.

⁹ Ver Anexo 5.

para apurar as reações à Greve Geral na Saúde, a tarde era minha. E eu estava desejosa de me ver na rua.

O plano era o seguinte: ir primeiro ao Rossio ver a concentração da CGTP, recolher testemunhos de manifestantes e, de preferência, entrevistar o secretário-geral, Arménio Carlos. Depois deixava o cortejo seguir para São Bento e dava um pulo à Praça do Comércio onde a UGT ia estar concentrada. Fazia a mesma coisa aí. Depois enviava umas frases por telemóvel para sair no Online. E depois apanhava um táxi e ia para São Bento ouvir o Arménio Carlos discursar. E depois apanharia um outro táxi de São Bento para Alcântara, para ir escrever a reportagem completa para o Online e para a edição de destaque do dia seguinte.

E como seria de prever, metade do plano ficou por cumprir. Não entrevistei políticos, até porque nem sequer os ouvi. Esperei demasiado tempo pelo Carlos Silva da UGT, enquanto escrevia a primeira parte da reportagem nas teclas minúsculas do meu telemóvel. Quando tive o aval para seguir para São Bento, vi-me envolvida numa espécie de dança das cadeiras com um táxi que parecia não me encontrar no Campo das Cebolas. É claro que quando cheguei à Assembleia da República, já o Arménio Carlos tinha discursado e a maioria dos manifestantes tinha dispersado.

Senti-me frustrada porque não tinha assistido a nada do que era suposto assistir. Ia regressar para a redação com um conjunto de não-informações. O que aconteceu em seguida salvou por completo a minha reportagem.

Uma manifestação espontânea e não autorizada partia ritmadamente pela Rua de São Bento acima. Eram cerca das cinco da tarde e eu sabia que tinha de regressar à redação para escrever alguma coisa. Mas a minha curiosidade fez-me seguir aquele cortejo, onde parecia não haver jornalistas ou fotógrafos. E foi, cerca de uma hora mais tarde, uma estranha sensatez que me fez abandonar o cortejo, quando este se preparava para entrar numa armadilha policial, junto à Ponte 25 de Abril. A greve dos transportes deixara a cidade num verdadeiro caos e o táxi demorou o que me pareceu ser uma eternidade das Amoreiras até Alcântara. Mas cheguei convicta à redação. Nem que saísse dali a um minuto do fecho, mas tinha uma estória para contar. Afinal, foi o acaso ou uma estranha noção de *timing* que me fez chegar à hora certa?

O resultado foi um texto de oito mil caracteres¹⁰, escrito no que me pareceu ser uma fração de segundos (na verdade, cerca de dois mil caracteres já tinham sido escritos no telemóvel). No

¹⁰ Ver Anexo 6.

papel, no dia seguinte, surgia a versão brilhantemente editada pelo Tiago, no destaque das primeiras páginas. “Para onde vamos? Não sei!” foi uma das reportagens que mais gozo me deram fazer e, pela primeira vez, eu sentia que tinha dado uma espécie de exclusivo ao Público.

Por isso mesmo, no dia seguinte, regressei para junto das cerca de 200 pessoas que tinha acompanhado no dia anterior, nesse cortejo improvisado, mas agora à porta do tribunal, uma vez que tinham sido constituídas arguidas por terem participado numa manifestação não autorizada e que punha supostamente em causa a ordem pública. Mas aqui a correria do exclusivo já me afetava. Não estava preparada para julgamentos ou processos judiciais, porque desconhecia o significado da maior parte do seu vocabulário. Recolhi testemunhos, ouvi advogados, escrevi umas linhas pelo telemóvel para o Online e segui viagem. Tinha outra reportagem daí a uma hora.

Quinze dias decorridos de estágio, depois de um ano seguido sem férias, eu tive o meu bem merecido momento de loucura. Cansada, exausta, pensei: “E se eu desistisse?”

Na semana seguinte, depois de ter refletido bastante, decidi que não podia desistir. Era a esperança de fazer mais reportagens que me fazia aguentar. Em conversa com o meu editor, chegámos à conclusão que deveria desacelerar, não assumir tantas responsabilidades. Que estava na altura de começar a pensar nas ideias para reportagens que eu trazia no bolso. Esta era uma maneira de me automotivar.

A primeira das ideias tinha claramente a minha marca de professora: a orientação vocacional nas escolas. O objetivo era “ir fazendo com calma”, nos intervalos das “encomendas”. E as encomendas não faltaram nas semanas que se seguiram...

“Catarina, és católica?”, perguntou-me o Tiago, a dado momento, nessa primeira semana de julho. Era a deixa para a próxima reportagem. “O que dizes de passar o próximo fim de semana com o novo patriarca?”

Pessoalmente era um tema que não me dizia nada. Mas encarei a provocação do meu editor como um desafio e aceitei-o imediatamente. No sábado seria a **tomada de posse de D. Manuel Clemente como patriarca de Lisboa**, na Sé, e no domingo a **entrada solene nos Jerónimos**.

Há 24 anos que não ia à missa. Comecei então a fazer leituras e pesquisas para estar preparada. Ia sozinha a duas cerimónias religiosas e tinha receio de me perder completamente no meio do

protocolo. Acabou por ser um dos fins de semana mais divertidos do estágio. Escrevi completamente à vontade e utilizei um estilo mais narrativo na primeira reportagem¹¹, tal como um certo imaginário histórico. Gostei de arriscar, sobretudo quando nos dias seguintes ouvi pessoas a dizer que o Público tinha feito “uma reportagem diferente” sobre o novo patriarca.

Na reportagem de domingo, tudo se inverteu. Não haveria narrativa, mas sim alguma polémica. A missa, o cortejo, as centenas de pessoas, o calor sufocante, não eram suficientes para repetir a dose do dia anterior. Estranhara, no entanto, que os fiéis presentes no Mosteiro dos Jerónimos tivessem batido quase tantas palmas ao primeiro-ministro e ao Presidente da República como ao próprio herói do dia, o novo patriarca. Recordo que isto se passou no fim de semana a seguir à demissão “irrevogável” de Paulo Portas e à sua consequente promoção a vice-primeiro-ministro, nos dias anteriores. A crise política estalara fazendo aumentar exponencialmente o descontentamento da opinião pública. Na política portuguesa, o ambiente de “cortar à faca” estava completamente aplacado naquele microcosmos religioso, onde pontuavam centenas de populares.

Na redação, depois de ter escrito a peça¹², o Sérgio B. Gomes, responsável naquele domingo pelo Online, chamou-me. Queria saber até que ponto os aplausos tinham sido entusiásticos. Daquela expressão que eu utilizava no texto – “foram aplaudidos com entusiasmo” – o contexto podia mudar. “Então, em que ficamos? Foram aplaudidos com entusiasmo ou só assim-assim?”. Durante uns segundos percebi que a minha resposta podia determinar a forma como a peça ia ser titulada ou exposta no Online ou no Facebook. Eu queria escrever sobre o patriarca, mas tinha a certeza que as pessoas tinham aplaudido o primeiro-ministro e o Presidente da República “com entusiasmo”. E assim foi. A conjuntura política assim o exigia e embora a peça tenha sido maioritariamente sobre o patriarca, o título haveria de chamar a atenção das pessoas. E nos restantes órgãos de comunicação social, mais tarde, todos tinham destacado o mesmo que eu. Mas e se eu me tivesse enganado na amplitude sonora dos aplausos?

Na quarta semana do estágio, “fui requisitada pela Direção”, como se dizia quando se tratava de um destaque de fim de semana. O calor parecia não dar tréguas a Portugal e todos os pretextos eram válidos para se escrever sobre as férias. No conjunto de reportagens para esse

¹¹ Ver Anexo 7.

¹² Ver Anexo 8.

destaque, publicado a 14 de julho, a que me foi atribuída tinha como base a desconfiança de que as praias de Lisboa estavam mais cheias este ano porque as pessoas não tinham dinheiro para fazer férias fora. Que, inclusivamente, era uma suposição muito provável a maior parte dos veraneantes estar desempregada.

O meu objetivo era visitar Carcavelos e a Costa da Caparica, à procura destas pessoas e das suas histórias de vida. Ou seja, tentar compreender se a suposição inicial estava correta ou não.

Pessoalmente, achei a reportagem um pouco idiota; mais uma página para mostrar aos leitores como somos pobrezinhos e por isso enchemos as praias da Linha e da Costa. Mas obviamente não pus nada disto em causa. Ia fazer reportagem para a praia, quem sabe ainda dava um mergulho, que mais eu queria, com a onda de calor que assolava o país há semanas?

Na tarde em que ficou programado que iria na manhã seguinte para as praias, estalou a notícia de que a água de Carcavelos estava contaminada e que tinha provocado alergias fortes a vários banhistas. Apesar de se ter pensado nas consequências negativas que aquela notícia podia trazer à minha reportagem, tive a indicação para avançar do mesmo modo.

Na manhã seguinte, quando cheguei às praias da Linha, a temperatura tinha baixado abruptamente, o céu estava muito nublado, e, além de uns quantos grupos de crianças enrolados nas suas toalhas, apenas uma meia dúzia de pessoas teimara em ir à praia. Devo tê-las entrevistado a todas, sob o pretexto da contaminação, até porque o objetivo que me guiava não o podia expor às pessoas com quem falasse – “Bom dia, queria saber se está desempregado e se não tem dinheiro para ir passar férias fora...”.

Depois de calcorrear Carcavelos e Santo Amaro de Oeiras, recebi indicações de que deveria seguir para a Costa da Caparica, mesmo com as condições climatéricas adversas e esperando encontrar outra praia vazia.

Devo admitir que esta reportagem resultou num fracasso para mim por vários motivos. Em primeiro lugar porque não acreditei nela desde o início. Em segundo, porque apesar dos sinais evidenciados – a possível contaminação das águas e o clima –, não se pensou numa alternativa que fizesse mais sentido e insistiu-se no plano A.

Apesar de ter falado com várias pessoas e de algumas me terem dito que estavam de facto desempregadas, senti que trazer muitos testemunhos semelhantes quer de uma praia quer de outra podia até ajudar a comprovar a suposição inicial, mas jornalisticamente não acrescentava nada de novo. Era uma reportagem para encher.

E o resultado¹³ ficou muito aquém, até porque foi a única vez que li uma versão final tão adulterada pela pessoa que a editara. O meu texto, inicialmente com quase dez mil caracteres, era agora uma amálgama de parágrafos e citações retirados da narrativa original. Foi mais uma lição de humildade. Mas também aprendi que se tornava clara a minha tendência para o jornalismo narrativo.

3.4. Colaborações com o Local, a Ciência, a Política, a Revista 2 e o Multimédia

Durante o meu primeiro ano de mestrado, desenvolvi vários projetos relacionados com Património (material e imaterial)¹⁴. Tendo formação em História e em Arqueologia, e interessando-me particularmente por cultura imaterial, fazia todo o sentido refletir naquilo que poderia ser uma especialização em Jornalismo de Património, atendendo às suas ramificações na Cultura, na Ciência, na Política, na Economia e na Sociedade.

Quando pensei em que secção gostaria de trabalhar, antes de começar o estágio, fiquei confusa porque a minha preferência era claramente o Património. Mas, tal como tinha concluído no estudo que tinha elaborado sobre esta especialização, o Património, no Público, estava inserido em secções diferentes, sobretudo na Cultura, na Ciência e no Local.

Por isso, mesmo depois de ter assumido o meu lugar na Sociedade, pensei que faria sentido tentar colaborar com outros editores e secções de modo a fazer o gosto ao dedo, até porque eu ia querer experimentar qualquer que fosse a matéria que envolvesse História, Arqueologia ou Património Imaterial.

Propus então ao José António Cerejo, “capitão” da ilha do Local, escrever um texto sobre o restauro da Estátua Equestre de D. José, que tinha ficado concluído há dias, até porque parecia que nenhum jornal estava escrever sobre isso. O Cerejo concordou com a ideia e deu-me 3500 caracteres para publicar quando eu quisesse¹⁵.

Depois de ter completado a tarefa, tive vontade de continuar a colaborar com outras secções para escrever mais sobre Património (até porque durante muito tempo ainda acalentei a ideia de

¹³ Ver Anexo 9.

¹⁴ Além de ter elaborado vários trabalhos jornalísticos cujas temáticas giravam em torno do Património e da Olisipografia, escrevi, para o seminário de Questões Contemporâneas do Jornalismo, um ensaio intitulado “Operação Memória. Para a urgência de um Jornalismo de Património”.

¹⁵ Ver Anexo 10.

utilizar este tema no relatório final de estágio). Elaborei uma lista de ideias para apresentar à Cultura¹⁶, ao Local e à Ciência, mas o trabalho na Sociedade era tanto que todas elas acabaram por ser constantemente adiadas e postas de parte.

Colaborei com o Local em mais duas ocasiões, uma delas aquando da efeméride dos 25 anos do Incêndio do Chiado. Inicialmente, a resposta de Cerejo foi um pouco desanimadora. “Todos os anos se dizem as mesmas coisas para recordar o incêndio. Não sei se faz sentido dar importância a isso.” E depois perguntou-me a razão do meu interesse e se tinha alguma ideia em mente. Expliquei-lhe então que era um interesse pessoal, uma vez que tinha sido uma “sobrevivente” do fogo que consumira o Chiado, em 1988.

Nunca me passou pela cabeça o que então Cerejo me propôs. “Por que não escreves um texto onde contes o que se passou contigo?” Mas isso para mim era uma crónica. E desde quando os estagiários escrevem crónicas no Público? Seria capaz de o fazer? De me expor publicamente, de passar pela duríssima tarefa de reviver todo aquele pesadelo enquanto escrevia sobre isso? O meu objetivo tinha sido sempre escrever algo como uma reportagem ou uma notícia sobre as comemorações. Deixei as ideias em banho-maria durante umas semanas até que J.A. Cerejo me voltou a falar do assunto. “Sempre fazes aquilo do Chiado?”

Era a sério. E num repetente de coragem ou palermice escrevi a temida crónica¹⁷, que enviei por *e-mail* para o Cerejo, num dia em que eu estava de folga. Ele leu-a, emocionou-se e disse-me que queria publicá-la.

Acabei por escrever, em coautoria com a Catarina Sampaio Rolim, um outro texto informativo sobre a efeméride e assim, no dia 25 de agosto, domingo, aquelas duas páginas haveriam de marcar um importante passo na minha curtíssima carreira jornalística.

A minha colaboração com a Ciência surgiu quando a Teresa Firmino veio até à Sociedade falar com o Tiago sobre uma criança que ia fazer uma palestra sobre dinossauros no Pavilhão do Conhecimento. Foi como se tivesse ouvido o Tiago dizer para a Teresa “Isso parece-me uma tarefa para... a Catarina Durão Machado.” E era, mesmo. Falarei desta peça mais tarde devido à sua natureza, mas queria apenas referir que a minha parceria com a Ciência, que começava

¹⁶ No final do estágio, colaborei ainda com a Cultura na preparação de uma reportagem sobre Campos de Batalha em Portugal, mas com o termo das atividades do estágio não foi possível completar a reportagem.

¹⁷ Ver Anexos 11 e 12.

com as indicações práticas para o meu encontro no Pavilhão do Conhecimento, estender-se-ia até à Polónia, nas semanas seguintes.

Ou seja, a minha migração temporária e autorizada pelo meu editor para a secção da Ciência, por ocasião daquela reportagem, far-me-ia parar, a caminho da fotocopidora, para conversar mais vezes com a Teresa Firmino, e assim surgiu a ideia de eu escrever sobre um mistério arqueológico que se tinha passado na Polónia há uns dias. Acabei por fazer a minha única peça de investigação sobre História no Público, em que tive de cruzar leituras historiográficas, testemunhos de arqueólogos polacos e conhecimentos sobre Folclore Popular Eslavo. Isto para explicar por que razão os 17 esqueletos encontrados numa escavação na Polónia tinham as cabeças decepadas e depositadas junto às mãos. Também nunca me passara pela cabeça, mas tempos depois publicaria uma *magnólia*¹⁸ sobre... vampiros.

Definitivamente um dos trabalhos mais divertidos que fiz no Público.

A minha colaboração com a Política partiu de uma ideia. E a ideia para escrever sobre a nova freguesia lisboeta de Santa Maria Maior surgiu quando senti que a freguesia onde tinha sido criada, a dos Mártires, também a mais antiga e a mais pequena de Lisboa, ia deixar de existir. Como não querer escrever sobre isto, quando se estava em plena época de preparação para as eleições autárquicas? Como não escrever sobre como todas estas freguesias históricas, algumas fundadas em 1147, com a conquista cristã de Lisboa, iam deixar simplesmente de existir?

O mistério das 12 freguesias que se iam tornar uma, mesmo no coração do centro histórico da capital, começou a borbulhar na minha mente. Como é que as pessoas destes bairros históricos, habituadas à proximidade das suas juntas, viam a mudança? Até que acabei por contaminar a Catarina Sampaio Rolim, minha colega estagiária da Política, que eu via do outro lado do “canal”, por vezes pouco motivada com a falta de desafios jornalísticos. Decidimos esboçar um plano para fazermos uma parceria.

O próximo passo era abordar a Leonete Botelho, até porque durante o mês de agosto a ilha da Política, em conjunto com a direção, ia dedicar-se à organização de um especial Autárquicas. A Leonete ouviu-nos atentamente e disse que lhe parecia ser uma boa ideia, mas que deveria ser primeiro aceite pelos diretores-adjuntos, para poder fazer parte do especial Autárquicas. Em minutos, tudo se resolveu e o sorriso da Leonete dava-nos o aval para começar.

¹⁸ Ver Anexo 13.

Esta foi a reportagem mais trabalhosa e longa do estágio. No dia 16 de julho eu e a Catarina tivemos a nossa autorização para começar e durante várias semanas fomos queimando pequenas etapas. Quando me apercebi que o ritmo do trabalho na Sociedade não abrandava, decidi que deveria desistir do projeto, até porque a Catarina já estava mais informada do que eu – tinha feito leituras intermináveis de legislação e estudos geográficos e eu não. Mas a Catarina não desistiu de mim. E insistiu sempre que aquele era o meu trabalho e eu tinha de estar presente pelo menos quando fossemos para o terreno.

Quando o trabalho acalmou um pouco mais em meados de agosto, comecei então a dedicar mais tempo a Santa Maria Maior. O objetivo da parceria Política-Sociedade era mais ou menos claro. “Tu fazes a parte dos candidatos e dos programas políticos e eu vou para a rua falar com as pessoas, saber como podem ser afetadas com a reforma administrativa.” É óbvio que a reportagem que inicialmente teria talvez uma página e meia ou duas páginas, começou a assumir contornos muito mais assustadores. Tínhamos ido para o terreno e de facto entrevistámos os candidatos e os populares e um especialista sobre a reforma administrativa. Mas o cruzamento das nossas escritas foi um desafio enorme. O meu estilo narrativo e o estilo conciso da Catarina andaram a digladiar-se durante semanas, até que, com a Leonete Botelho de férias e sem termos tido mais qualquer diretiva sobre a reportagem, decidimos ir bater à porta da diretora, Bárbara Reis.

Foi a única ocasião em que trabalhei de perto com quem comanda os destinos do Público. Numa imprevisível e não programada reunião de trabalho, a Bárbara, a Catarina e eu esboçámos um plano com rigor jornalístico, pensando nos pormenores que deveriam ser referidos. Dessa conversa surgiram os receios. Sobretudo o receio dos caracteres. “Temos muita coisa: política, geografia, história, pessoas.” De tal modo a diretora nos quis ajudar que acabou por proferir a frase mágica que tanto eu como a Catarina tanto ansiáramos ouvir: “A não ser que isto seja publicado na revista de domingo...”

Os dias seguintes foram de expectativa porque ainda não tínhamos a certeza. Sabíamos que tínhamos 20 mil caracteres para escrever e que tudo tinha de ficar perfeitamente em harmonia. Quando a Leonete regressou de férias, foi a ela que mostrámos a nossa primeira versão. Ela, sim, sabia o quanto nós tínhamos investido naquela peça e como tinha sido difícil o jogo de cedências que ambas fizéramos para escrever algo a meias, sobretudo com estilos de escrita tão diferentes.

Senti o nosso trabalho abençoado quando a Leonete olhou para nós e sorriu quando lhe estendemos a primeira versão. Deu um beijinho nas folhas e disse que tinha a certeza que estaria um trabalho fantástico.

Afinal a reportagem ia ser publicada na Revista 2, juntamente com outra reportagem similar. Foi com a Francisca Gorjão Henriques que trabalhámos nos dias seguintes. A versão final ficou bastante diferente da versão abençoada pela Leonete. No entanto, todas as mudanças foram sugeridas e realizadas connosco ao lado. A Francisca pediu-nos desculpa por parecer dura a editar, mas a Revista 2 tinha critérios editoriais diferenciados e nós tínhamos de compreender isso. E compreendemos.

A aventura seguinte surgiu quando a Francisca sugeriu que o Multimédia fizesse uma versão sobre Santa Maria Maior. Voltámos para o terreno com a Joana Bourgard, um exemplo extraordinário de competência na área do Multimédia. Voltámos a ver as mesmas personagens na Mouraria e em Alfama e encontrámos outras pelo caminho.

A reportagem “Como doze freguesias se tornaram uma”¹⁹ foi publicada na Revista 2 no dia 15 de setembro de 2013, dois meses depois de a termos iniciado, mesmo no fim do estágio. A versão Multimédia “Isto é uma fusão de freguesias, não é uma fusão de bairros” ficou também disponível no Online no mesmo dia.

Foi o trabalho que me fez atravessar vezes sem conta a tal ponte entre a ilha da Sociedade e a ilha da Política. De tal maneira os propósitos se enlearam que a dada altura se misturou Política com Sociedade. A Catarina encontrou as pessoas escondidas nos testemunhos dos candidatos e eu acabei por encontrar a política nos rostos dos fregueses com quem falei.

3.5. Educação, Educação e Educação.

A educação constitui um assunto «nobre», um tema público, um fenómeno nacional, uma arena política, um terreno de opinião e um campo em que os protagonistas locais são apenas fontes secundárias.

Pedro Abrantes²⁰

¹⁹ Ver Anexo 14.

²⁰ In “Alunos e Educação na imprensa diária portuguesa”, **Crianças e Jovens em Notícia**, 2009, p. 103.

Dá jeito ter uma professora na secção de Sociedade, quanto mais não seja para ajudar a esclarecer algumas dúvidas sobre o sistema educativo e sobre a carreira docente. No entanto, e apesar de eu perceber que a verdadeira razão que impeliu o Victor Ferreira a propor-me estágio na Sociedade era a minha profissão, nunca, por um momento, me convenci que era sobre Educação que iria querer escrever.

Estava há um ano sem colocação no ensino público. E no ensino, sobretudo nos últimos anos, as novidades têm-se sucedido a uma velocidade vertiginosa. Estava por isso, desatualizada e, pessoalmente, pouco motivada para tratar de matérias que envolvessem diretamente a minha profissão – que estava, literalmente, a desfazer-se aos bocados.

Junto a mim, na ilha, estava a Clara Viana, a maior especialista em matérias de Educação que alguma vez conheci. E, tal como comecei a perceber nos primeiros dias, foi com ela que me vi a tirar dúvidas sobre algo que eu devia saber muito melhor do que qualquer jornalista.

Porque a Educação é uma matéria nobre no jornal Público, o trabalho neste âmbito não faltava. A Clara (mas também a Graça Barbosa Ribeiro, em Coimbra) realizava a maior parte das peças que envolviam o contacto com as fontes institucionais e escrevia sobretudo sobre temas estruturais da Educação: os exames nacionais, a carreira docente, as candidaturas ao ensino superior, etc. Mas a dada altura, tanto a Clara como a Graça entraram de férias e todo o trabalho de Educação passou para a secretária da Andreia Sanches. Mas também para a minha.

Das 45 peças que publiquei ao longo dos três meses de estágio, 16 foram sobre Educação (sendo que as 29 restantes concernem a temas muito diversos): onze notícias e cinco reportagens (algumas de investigação). Das 16, sete tinham como temática os exames nacionais²¹ e os restantes assuntos distribuíam-se pelos aspetos funcionais dos anos letivos (precedente e posterior), no que tocava as férias, a educação especial²², o corte de turmas²³, os professores no estrangeiro²⁴, a orientação vocacional, etc.

Em cada peça de Educação, cujo mote fosse um despacho ou um comunicado do ministério respetivo, seguido de um relatório extensíssimo de tabelas e estatísticas, parecia gostar menos de escrever sobre o assunto. Em alguns casos, o conflito interior que sentia entre a jornalista e a

²¹ Ver Anexo 15.

²² Ver Anexo 16.

²³ Ver Anexo 17.

²⁴ Ver Anexo 18.

cidadã já extravasava os limites. Não era a cidadã que tinha o desafio de escrever sobre os resultados dos exames, e sim a professora. Pessoalmente, sentia que todos aqueles números significavam muito pouco. Eram uma repetição do mesmo tipo de notícias que saíam todos os anos na mesma época, como se bastasse fazer *copy/paste* dos mesmos artigos de anos anteriores e mudar-lhes ligeiramente os números. Um ritual enfadonho. Pela minha cabeça de professora passavam os rostos de antigos alunos, cada um com as suas histórias de vida, e como tinham caminhado ao longo de anos letivos para um resultado negativo ou positivo nos exames finais. E como esses rostos, desconhecidos dos *media*, refletiam e explicavam as verdadeiras razões de resultados tão baixos.

Refleti bastante sobre a forma como o jornalismo do Público retrata a Educação do país. Se era um campo nobre, e se já antes tinha sido um dos principais temas do jornal, por que razão se deixava arrastar no mesmo tipo de notícias, as mesmas conclusões, os mesmos números? Por que não se investigava mais aprofundadamente as razões do insucesso escolar? Por que não se ouviam os psicólogos, os encarregados de educação, os alunos?

Muitas destas reflexões, partilhei-as com o meu editor, entre as quais a forma como os nossos jovens em idade escolar não eram acompanhados o suficiente ao longo da sua escolaridade, no que dizia respeito à sua orientação vocacional. A experiência dizia-me que muitos alunos se deixavam levar ao sabor do vento, quando enfrentavam momentos de charneira nas suas vidas. E que essas decisões, quando mal tomadas, poderiam derivar em jovens adultos bastante perdidos, com fortes dúvidas vocacionais e possivelmente sofrendo de insucesso universitário.

A peça “Cheguei ao 12.º ano. E agora, que rumo seguir?”²⁵ foi resultado dessa proposta que visava cruzar o universo dos alunos que finalizavam o 12.º ano e o esforço que a comunidade educativa encetava para preparar os alunos para o seu futuro, nomeadamente os serviços de psicologia e orientação das escolas. Reconheço que aproveitei os meus próprios conhecimentos para realizar esta reportagem, bem como um espectro de contactos da minha proximidade. Deontologicamente, talvez não fosse o mais correto, mas a principal finalidade do trabalho era meter o dedo na ferida e abordar um assunto que parecia não estar presente nas agendas jornalísticas.

Uma vez que acompanhei o *feedback* posterior dos alunos entrevistados, compreendi, até por causa da difusão da referida reportagem nas redes sociais, que o tema suscitava bastante

²⁵ Ver Anexo 19.

interesse entre os adolescentes, sobretudo do ensino secundário. A forma como se reviam no texto ou os faziam questionar-se fez-me refletir em como os *media* noticiosos estão tão longe desta faixa etária.

Em conversa com ex-alunos de 16, 17 anos, percebi que nenhum deles lia jornais, e que só muito pontualmente liam notícias que lhes chegavam por intermédio do Facebook. O interesse e a motivação pelo conteúdo dos jornais era quase nulo, e não porque não tivessem capacidades cognitivas para compreender as notícias, até porque com 17 anos a exigência abstrata das matérias que se ensinam consegue ser mais difícil para um adulto do que para um adolescente. Era a forma como nunca se reviam no que se escrevia.

É um fenómeno normal. “No nosso tempo”, dizemos nós, os adultos, “também não queríamos saber de notícias”.

O que gostaria de tentar explicar com este trabalho é que os tempos mudaram e todos evoluímos. Esse, sim, é um fenómeno normal. Por que não compreender até que ponto a nossa sociedade pode ganhar com uma juventude mais... conectada?

IV: A VOZ DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES NO JORNALISMO DO PÚBLICO

4.1. Pertinência do tema

A escolha do tema do presente trabalho tem uma justificação intimamente relacionada com a minha experiência profissional ao longo de duas décadas. Tendo trabalhado desde os 15 anos com crianças nos mais variados contextos (animação, segurança, educação), sempre me dei conta, sobretudo como professora, como as crianças e os adolescentes são tão injustamente desconsiderados no que respeita a sua participação ativa na sociedade. O pressuposto, por vezes muito errado, de que os jovens em idade escolar não têm determinadas capacidades cognitivas, artísticas ou sociais porque são novos de mais, tem moldado o imaginário coletivo da nossa sociedade, sobretudo nas políticas educativas, provocando por isso um certo descrédito em relação às potencialidades dos mais novos. Facilmente se escuta que é preciso facilitar-lhes a vida, caso contrário terão mais tendência para desistir dos desafios que lhes surgirão pelo caminho.

Como professora, e ao longo de 13 anos, comprovei diversas vezes que esses pressupostos estão errados. E pelas muitas escolas por onde passei, a lecionar do 1.º ao 12.º ano, concluí que, independentemente da idade das pessoas com quem trabalhamos, **o segredo do sucesso reside na manutenção de uma boa autoestima.**

Desenvolvi vários projetos escolares em que os alunos deveriam empregar a sua criatividade e o seu espírito crítico. Formei, em duas ocasiões diferentes, oficinas de jornalismo onde o objetivo seria ensinar os alunos a escrever artigos relacionados com o seu mundo mais imediato – a escola, o bairro, a família. Dei aulas de introdução ao jornalismo e ensinei crianças e jovens, entre os 10 e os 14 anos, a escrever notícias e pequenas reportagens. Motivados com a experiência por serem pequenos jornalistas, elaboraram peças sobre temas pertinentes, ainda que utilizando uma linguagem adaptada à sua idade, mas sem deixarem de recorrer a uma imparcialidade que os orgulhava.

A falta de desafios desta natureza (bem como os de cariz artístico) faz com que os nossos jovens em idade escolar se limitem às funções tradicionais que lhes cabem há décadas, e que já vão sofrendo desgaste, sobretudo quando as distrações do mundo exterior aos estudos se vão agigantando. O jovem torna-se, por isso, cada vez mais reprimido, numa espécie de transe apático autoinduzido. É condição do próprio crescimento aprender a conquistar um espaço para a sua voz, mas como fazê-lo se as estruturas dominantes – a escola, os meios de comunicação,

o Estado, a família – não criam mecanismos que se traduzam no reforço das capacidades, da autoestima e da participação cívica destes jovens?

A responsabilidade caberá ainda, em pleno século XXI, às pessoas que ocupam os lugares desse mundo dominante: pais, professores, políticos, mas também, e por que não, os jornalistas. Pessoas que podem, por intermédio de projetos, ideias e medidas, olhar para os jovens portugueses e compreender onde residem os casos de sucesso, de motivação, de resiliência, para desta forma os exporem como exemplos inspiradores. Mas também olhar para os casos de insucesso e inferir as razões que conduziram a esse fracasso. Uma reportagem jornalística que aprofundasse estas razões seria um passo importante para se compreender melhor a sociedade, ao mesmo tempo que conferia legitimidade à voz dos seus protagonistas – crianças e jovens.

É por isso urgente **um olhar aprofundado sobre a Educação** no que ao jornalismo diz respeito, mas, mais do que isso, um olhar sobre a **psicologia infantil e juvenil**. Se o jornalismo produz peças que resultam numa investigação que trará ao seu público a verdade, a novidade e os pontos de vista diversificados, é crucial examinar de que forma se produz um jornalismo sobre os nossos jovens portugueses. Não só no sentido em que os mais velhos passam a saber decodificar melhor a infância e a adolescência dos tempos atuais, em contraponto com o seu tempo, mas também, ao ouvir-se o que os jovens têm para dizer, se está a dar espaço a um protagonista que geralmente se encontra silenciado. **Esse encontro direto entre o jornalista e o jovem proporciona uma troca vital entre ambos**. O primeiro recebe do segundo perspetivas de um mundo, cujas características já não são iguais às do seu mundo enquanto jovem, e o segundo recebe atenção, espaço para expressar a sua voz, quer ela seja mais ou menos erudita, mais ou menos pertinente.

O resultado deste encontro, jornalisticamente falando, teria como objetivo último **a construção de um olhar mais aprofundado e completo sobre a própria sociedade**, pois é na abordagem social às camadas mais jovens que se encontram os primeiros sinais que comporão os protagonistas da história futura. **Um jornalismo mais atento e mais especializado nas questões da infância e da adolescência** traria assim ao seu público, não só uma maior amostragem de quem são, de facto, as crianças e os jovens do nosso país e de que modo estão a ser educados, mas também ajudaria a despertar a consciência do coletivo social no sentido de serem respeitados os Direitos Humanos das Crianças, sobretudo no que toca à participação cívica destes atores na sociedade, prerrogativa defendida pela Convenção sobre os Direitos das Crianças de 1989.

As pesquisas e as leituras que efetuei ao encontro desta temática levaram-me a crer que é na prática jornalística diária que se pode mudar o cenário da **representatividade de crianças e adolescentes nos *media* noticiosos**. O universo do jornalismo académico, nomeadamente em Portugal, vai sofrendo algumas influências do que se faz lá fora, sobretudo no Brasil, mas é, ainda assim, limitado até porque os estudos que se fazem sobre estas matérias incidem em dados quantitativos retirados da análise da produção jornalística portuguesa. As investigações e conclusões a que se chegam acabam por transparecer uma relativa evolução, embora os casos de aprofundamento de questões relacionadas com estas faixas etárias sejam ainda residuais.

Desta forma, o presente relatório pretende **refletir sobre esse encontro teórico-prático**, do que é a revisão de literatura possível de realizar e do que se produz jornalisticamente, mas também compreender de que forma um jornal como o Público dá espaço à voz dos mais novos. Entenda-se “voz” no sentido literal do termo: quando falam e expressam as suas opiniões ou contam as suas histórias como protagonistas que também são.

4.2. Enquadramento teórico-legal

Na tentativa de encontrar argumentos que justifiquem a pertinência de um jornalismo especializado em infância e adolescência, tropeça-se em conceitos tão empolgantes como Educação, Literacia e Direitos Humanos. No entanto, e dado que o propósito deste relatório não pode ser o mesmo de uma tese, assumo como principal tarefa a de **trazer para a discussão alguns tópicos que ajudem a contextualizar o tema em reflexão**, sem, contudo, desenvolver as suas implicações mais teóricas.

A incursão pelo mundo académico que se debruça sobre o tema ainda não é muito exaustiva, até porque esta é uma problemática relativamente recente e os nomes de autores que se destacam no estudo destes assuntos não vão além de uma mão cheia. Se o nome de Mike Jempson é incontornável a nível internacional (Reino Unido), o de Cristina Ponte também o é a nível nacional, bem como o de Lúcia Marôpo, que tem cruzado as realidades portuguesa e brasileira.

A literatura que gira em torno da infância e dos *media* engrossa sobretudo a partir dos anos 1990, em consequência da aprovação da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) pela

Assembleia Geral das Nações Unidas, em novembro de 1989. Recorda-se aqui os principais artigos que cruzam os direitos das crianças com a responsabilidade dos *media*:

Os Estados Partes garantem à criança com capacidade de discernimento o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe respeitem, sendo devidamente tomadas em consideração as opiniões da criança, de acordo com a sua idade e maturidade. (...) Artigo 12

A criança tem direito à liberdade de expressão. Este direito compreende a liberdade de procurar, receber e expandir informações e ideias de toda a espécie, sem considerações de fronteiras, sob forma oral, escrita, impressa ou artística ou por qualquer outro meio à escolha da criança. Artigo 13

Os Estados Partes reconhecem a importância da função exercida pelos órgãos de comunicação social e asseguram o acesso da criança à informação e a documentos provenientes de fontes nacionais e internacionais diversas (...). Para esse efeito, os Estados Partes devem: a) Encorajar os órgãos de comunicação social a difundir informação e documentos que revistam utilidade social e cultural para a criança (...). Artigo 17

Convenção sobre os Direitos da Criança (1989)

A relevância histórica do diploma é atestada por Maria João Leote Carvalho que posiciona o “instrumento internacional” como o primeiro a entrar em vigor após o fim da Guerra Fria, distinguindo-o, teoricamente, da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Trata-se de um marco decisivo no reconhecimento desta categoria social (...), que inclui não somente direitos civis e políticos mas também direitos económicos, sociais e culturais. (...) São obrigações juridicamente vinculativas para os Estados Parte e não apenas, como na Declaração Universal dos Direitos Humanos, obrigações morais. A sua aplicação implica um empenhamento ativo dos organismos dos Estados assim como de elementos da sociedade civil. Para avaliar a sua implementação foram criados mecanismos adequados, designadamente através do Comité dos Direitos da Criança. (Carvalho, 2009: 48)

Vinte anos depois da afirmação do documento internacional que mudaria o estatuto legal das crianças por todo o mundo, já 193 países o tinham ratificado, com exceção da Somália e dos Estados Unidos (estes últimos por não concordarem com o artigo 37.º, ou seja, a interdição de pena de morte e de prisão perpétua a menores de 18 anos).

No que diz respeito à forma como os órgãos de comunicação social deveriam abordar os temas ligados à infância, tornava-se clara **a imposição de uma nova mentalidade**. Se por um lado havia que pugnar pela proteção dos direitos da criança, nomeadamente o da sua privacidade, era importante que a comunidade jornalística promovesse uma salutar relação com os mais

novos, conferindo-lhes **espaço para se expressarem** e, ao mesmo tempo, facultando-lhes **o acesso à informação**, ideias consignadas pelos artigos 13 e 17 da Convenção.

A Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ) e a UNICEF foram, a partir daí, os principais interventores na produção de documentos que visavam esclarecer os *media* quanto à forma de proceder, quando se tratava de abordar o mundo das crianças, sobretudo quando estas se encontravam em situações de risco. E de acordo com a CDC, “criança é todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo” (Parte 1, artigo 1.º).

Começaram assim a ser trazidas para a luz da discussão mediática questões que envolviam a ética jornalística, os direitos das crianças e as principais temáticas que urgia denunciar: o trabalho infantil, a exploração sexual, a violência, a guerra, a pobreza, entre outras situações dramáticas que afetam sempre mais particularmente as crianças.

Mike Jempson, diretor da *MediaWise*, anteriormente *PressWise*, uma ONG britânica que defende princípios de ética jornalística, é o homem cujo nome surge associado à maioria dos documentos que aparecem na década de 1990 e que têm como finalidade contribuir para uma maior consciencialização dos *media* a este respeito, promovendo uma cobertura noticiosa mais responsável.

In recent years there has been an explosion of interest in the role the media plays in the lives of children. I am sure that much of it has been inspired by those who recognize the immense potential of the UN Convention on the Rights of Child, which contains many messages for media practitioners, to become a universal standard against which society's attitude towards children can judged. It seeks not just to 'include' children (...), but to put them at the heart of the human rights agenda. (Jempson, 2003)

O manual “The Media and Children’s Rights” que constrói, em parceria com Denise Searle, em 1999, para assinalar os dez anos da Convenção, é um documento baseado na experiência de jornalistas, mas também nas próprias prerrogativas da Convenção. É a partir deste manual que a FIJ e a UNICEF levarão a cabo programas de formação para jornalistas, por todo o mundo, nos anos seguintes.

A publicação de guias e manuais tem proliferado nos últimos 25 anos e a ideia de que é urgente aprender a representar melhor os interesses das crianças nos *media* tem viajado pelos países dos vários continentes. Na cruzada juntam-se quer jornalistas quer pais de todo o mundo, uma vez que a Internet e a massificação dos *media* tem feito surgir muitas dúvidas quanto à segurança

das crianças e ao seu nível de exposição mediática. As preocupações crescentes da sociedade dos tempos pós-modernos, por intermédio de uma opinião pública mais informada e mais ativa, são, na realidade, o verdadeiro motor que tem impulsionado junto da classe jornalística, por exemplo, uma maior consciência ética relativamente à forma como representa as crianças (Jempson, 2003). Ressalta daqui uma responsabilidade acrescida por parte da classe jornalística, explicada por Leote Carvalho.

Perpassa por estes documentos a assunção da responsabilidade social dos jornalistas, através da função central de informar sublinhada no seu dever de identificar quer falhas quer aspetos positivos no campo dos direitos humanos. (...) Na tentativa de dar corpo a estas preocupações começaram a surgir diversas organizações em torno dos media, essencialmente no final do século XX. (Carvalho, 2009: 56)

Em concordância com as disposições da CDC, assistiu-se a uma “consolidação do movimento dos direitos das crianças a partir da organização de redes internacionais” (Marôpo, 2013: 18). Várias são as ONG que vão surgindo neste sentido, bem como se vai destacando o trabalho de organizações multilaterais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) ou a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), além da já referida UNICEF.

Todavia, uma das principais referências respeitantes aos direitos infantis e aos *media* surge no Brasil, onde existe um diploma próprio para os mais novos. Trata-se do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que lhes garante o direito “à liberdade, ao respeito e à dignidade”, afirmando ainda a necessidade de serem postos “a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (Marôpo, 2013: 37).

Decorrente ainda do espírito pós-Convensão, o Brasil assiste, em 1992, ao nascimento da ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância – que se propõe “favorecer o diálogo entre a sociedade civil e os *media* sobre a infância e combater a desinformação sobre o ECA entre os jornalistas” (Marôpo, 2013: 56). Foi precisamente a partir das ações de mobilização que a ANDI passou a realizar junto da imprensa brasileira, que o número de peças noticiosas sobre crianças e adolescentes cresceu exponencialmente nos anos seguintes, registando-se um aumento superior a 1000%.

Outra das questões originais e de relevância significativa preconizadas pela ANDI é o facto de esta estimular junto dos *media* noticiosos a **necessidade de criar textos que possam**

promover a “busca de soluções” relativamente aos problemas focados pelos jornalistas, aproximando-se assim da ideia de um jornalismo cívico.

Estão incluídas nesta busca de soluções, entre outras, as peças que “revelem projetos sociais bem-sucedidos”, que “representem investigação com foco na denúncia, mas incluindo factos ou ideias que remetam o leitor para a reflexão sobre soluções” ou que “apresentem debates entre setores diversos da sociedade” (Marôpo, 2013: 75).

Em Portugal, a CDC foi ratificada em setembro de 1990, se bem que a própria Constituição Portuguesa já previa a garantia de direitos e liberdades dos cidadãos, entre os quais estão os menores de idade, que têm entre outros, o direito de personalidade. Datam de 1999 os diplomas mais importantes da legislação portuguesa sobre os direitos das crianças: a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) e a Lei Tutelar Educativa. É a primeira que consigna parte da responsabilidade aos *media*, quando os menores enfrentam situações de risco:

A lei [LPCJP] reconhece a função da comunicação social e estabelece condições para o exercício da atividade. Os media, "sempre que divulguem situações de crianças ou jovens em perigo, não podem identificar, nem transmitir elementos, sons ou imagens que permitam a sua identificação" (art.º 90.º). Podem, todavia, "relatar o conteúdo dos atos públicos do processo judicial de promoção e proteção".²⁶

Desde aí, vários organismos têm-se dedicado ao estudo e à sensibilização dos jornalistas portugueses para os direitos das crianças. A Universidade do Minho, o Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ), o Sindicato dos Jornalistas e a Entidade Reguladora da Comunicação Social (ERC) têm promovido o debate, através da criação de documentação e da organização de seminários e colóquios onde se discutem temas como a cidadania ou os maus tratos infantis. Também a Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR) realizou seminários dirigidos aos jornalistas de Lisboa, Porto, Madeira e Açores, de modo a “promover os direitos infantis junto dos *media*” (Marôpo, 2013: 78). Em outubro de 2009, o Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas (Cenjor), em parceria com a CNPCJR e com o Instituto de Apoio à Criança (IAC), organizava a sua primeira formação de nome “Jornalismo e Direitos da Criança”, num total de 16 horas.

²⁶ In http://www.cnpcjr.pt/Manual_Competencias_Comunicacionais/default.html

Contudo, apesar dos esforços encetados pelas entidades acima referidas, Lídia Marôpo não pode deixar de ressaltar o cariz limitado destas ações:

Estes eventos (...) têm carácter esporádico e alcançam um número muito limitado de jornalistas, que geralmente já estão sensibilizados para a temática. Há uma dificuldade em atingir editores, diretores de redação e outros profissionais que ocupam cargos de decisão nos media. (Marôpo, 2013: 78)

Os últimos 25 anos foram determinantes na afirmação dos princípios regulados pela legislação quer nacional quer internacional no que toca aos direitos das crianças e aos *media*. Para este propósito contribuiu a investigadora Cristina Ponte, que efetuou uma pesquisa longitudinal sobre a forma **como as crianças se encontravam retratadas nas notícias em Portugal**. O projeto do seu doutoramento, denominado “Crianças em Notícia”, cuja investigação resultou em dois livros, tinha como principal finalidade atestar linhas de mudança ou de continuidade no discurso jornalístico respeitante à infância. Para a investigação, foram analisadas as edições do Diário de Notícias, entre 1970 e 2000, em intervalos de cinco anos. À pesquisa foram ainda adicionadas as edições de 2000 do jornal Público.

A motivação da investigadora, que tem tratado questões relativas à infância e aos *media* ao longo da sua carreira profissional, está expressa no primeiro capítulo de “Crianças em Notícia”:

A escassa atenção à infância nos estudos sociais traduz de forma exemplar a demora no estabelecimento da noção de que as crianças são gente – agindo, reagindo, capazes de criar os seus próprios mundos. Escassa é a atenção aos ambientes económicos, políticos, sociais, culturais em que crescem os membros mais novos das sociedades. Quase ausentes das estatísticas enquanto sujeitos, as crianças são incluídas nos estudos sobre a família, a escola, a saúde ou políticas sociais de assistência pública, relevantes enquanto futuras gerações, mas as suas atividades (linguagem, jogos, interações) permanecem por questionar (...). (Ponte, 2005: 21)

Os estudos de Cristina Ponte concluíram que se registou uma evolução ao longo dos 30 anos analisados, traduzida num “notório aumento do número de peças nos anos mais recentes, 1995 e 2000” (Afonso e Ponte, 2009: 29). Contudo, várias foram as marcas da continuidade: “o domínio do texto curto e da notícia breve”, o recurso a “fontes e canais oficiais” e a “saberes especializados de médicos e psicólogos” (Ponte, 2005:246, 247). De notar que, quanto à voz destes protagonistas, ela mal se ouve entre 1995 e 2000 quer no Diário de Notícias quer no Público:

A presença de vozes de familiares e crianças situa-se bastante abaixo (...) na casa dos 20%. Outros aspetos comuns são a escassez de reportagens e a quase ausência de entrevistas, remetidas quase sempre para a revista dominical. Isso traduz-se no domínio da notícia construída na redação, breve ou mais alargada e compósita nas fontes que apresenta. (Ponte, 2005: 247).

Em 2005, uma atualização levada a cabo por uma equipa coordenada por Ponte – “Crianças e Jovens em Notícia” – alargava o espectro etário dos visados (da idade máxima de 14 para os 18 anos) e incluía mais dois jornais diários, o Correio da Manhã e o Jornal de Notícias. Também nesta pesquisa se concluiria uma evolução.

A comparação noticiosa de 2000 com a de 2005 evidenciou uma subida notória no número de peças nos dois jornais, tanto nas edições diárias como nas revistas dominicais, confirmando a tendência de crescimento da presença de crianças nas notícias. (Afonso e Ponte, 2009: 34)

No entanto, se essa evolução se explicava nos primeiros 30 anos do estudo com “a pressão comercial que se intensificou a partir da década de 1980 (...) e na procura de captação de novos públicos” (Afonso e Ponte, 2009: 30), entre 2000 e 2005, apresentava características um pouco diferenciadas, embora se registasse a tendência decrescente da reportagem.

Da comparação de 2000 para 2005 ressaltam a redução da reportagem clássica nas edições diárias [do Público e do DN] (...) e, sobretudo nas revistas dominicais, uma maior visibilidade de linguagens orientadas para o aconselhamento dos leitores e a sua esfera privada (...). Será expressiva a redução do número de peças sobre Cimeiras e Resoluções Internacionais sobre a infância no mundo, apesar dos tempos de globalização (...). Quanto aos temas, a Educação e as diversas matérias reunidas no Risco Social continuam a liderar, destacadas, como conteúdos noticiosos. (Afonso e Ponte, 2009: 34)

A equipa liderada por Ponte definiu seis categorias temáticas onde foi possível inscrever as peças analisadas, respeitantes aos quatro jornais diários.

*Por temas, nos quatro jornais, liderou o **Risco Social**, com quase 40%, seguido da **Educação**, com perto de 25% das peças (...). **Comportamentos, Culturas e Consumos**, por um lado, e **Saúde, Assistência e População**, por outro, quase coincidem, pouco acima dos 10%, com o primeiro a evidenciar a relevância crescente da economia e das indústrias culturais na infância. Nos últimos lugares ficaram a **Prevenção e Segurança e Insólitos e Fait-Divers**. (Ponte, 2012: 159)*

É a partir da análise realizada por “Crianças e Jovens em Notícia” que **é possível traçar os principais perfis da infância na construção do discurso jornalístico em Portugal**, pelo menos até 2005. Apesar da evolução registada, resulta sobretudo deste olhar longitudinal – do que é a notícia sobre a infância – uma incontestável continuidade. Se é verdade que a infância e a adolescência se refletem cada vez mais de forma quantitativa nas notícias em Portugal, também não deixa de o ser o facto de **a construção jornalística do perfil de crianças e jovens permanecer quase inalterável**. Ou seja, escreve-se mais, mas nem por isso se escreve de maneira diferente.

Resultam desta investigação os seguintes perfis, ou representações (Ponte, 2012:161, 162):

A criança-aluno – quando é matéria de Educação, “genérica e abstrata”, “sujeito em construção”, “objeto de investimento do Estado e das famílias” (*O aluno seu filho*);

A criança ameaçada – quando é vítima de “violência sexual, doenças, acidentes, guerras, catástrofes naturais”, etc., sugerindo a “imponderabilidade, o perigo e a ameaça” que pode atingir qualquer um (*Podia ser o seu filho*);

A criança maltratada – quando “associada a famílias disfuncionais e a ambientes de pobreza social”, resultado da ação de “adultos maltratantes” (*O filho dos outros*);

A criança ameaçadora – quando é agente de atos marginais e criminosos, representando-se sobretudo pela criança “mais velha e geralmente do sexo masculino”, inscrita igualmente em ambientes de pobreza (*Também o filho dos outros*);

A criança investida - quando está “no centro da família, alvo das suas atenções e preocupações”, destacando-se também através de “tendências, comportamentos, consumos e estilos de vida” (*Os nossos filhos*).

Numa análise que Lúcia Marôpo fez, mais tarde, às chamadas e às manchetes das capas do Público, durante o ano de 2009, as conclusões foram, em parte, aproximadas:

No Público, as crianças e os jovens são representados como personagens sobre os quais se fala (os primeiros como vítimas ou alvo de cuidados e os segundos como vítimas ou ameaças). Somente em soft news especiais com maior tempo de preparação encontramos representações de crianças em papéis mais ativos (estudantes e atores sociais), enquanto os jovens já conseguem uma visibilidade mais frequente nesses papéis e a sua voz está mais presente no discurso noticioso do que a das crianças. (Marôpo, 2013: 144).

A investigadora reconhece ainda pela análise efetuada, o predomínio de uma representação de infância e adolescência dependente das políticas governamentais, “o que parece remeter para uma ideia de cidadania passiva, a partir de uma relação clientelar com o Estado” (Marôpo, 2013: 130).

O que se torna claro questionar aqui é o tipo de representação que, de acordo com a nova mentalidade embebida do espírito da CDC, é urgente explorar no jornalismo. Em contraponto com a ideia de “uma cidadania passiva”, é preciso relançar o pressuposto de que não basta fazer jornalismo sobre a infância para que esta seja de facto representada, no sentido em que se escreve sobre crianças e adolescentes do ponto de vista institucional ou de acordo com os acontecimentos fortuitos que vão sucedendo diariamente.

É o conceito de participação cívica ou de “cidadania infantojuvenil” que deverá lançar o alerta junto dos jornalistas e editores para que auscultem este setor social e lhes dê voz, até porque a cultura da “não-participação” dos mais novos e da “ausência da voz autêntica das crianças no discurso público” é a principal razão pela qual se não acredita na sua competência enquanto atores sociais (Marôpo, 2013: 22).

No fundo, como refere David Buckingham, na sua conferência de abertura de “Crianças e Jovens em Notícia”, é o conceito de “criança normal” que falta debater.

(...) Raramente vemos imagens de crianças normais, que não são sensacionais, que não têm um qualquer papel sentimental nas narrativas dos adultos sobre a inocência ou a sua corrupção. É muito raro ver nos media mainstream a exploração de assuntos sociais ou políticos do ponto de vista das crianças – tanto em termos de como as crianças os percecionam e entendem, como em termos de como esses assuntos influenciam a vida das crianças. Por vezes as crianças são mal representadas mas, na maior parte das vezes, nem sequer são representadas de todo. (Buckingham, 2009: 21, 22)

Ainda que os estudos realizados reflitam que o tema não é indiferente ao jornalismo português, é preciso **compreender duas questões absolutamente determinantes para este trabalho:**

1. Até que ponto o aumento de peças sobre a infância e a adolescência é revelador de um maior número de vozes dos seus protagonistas (e desta forma respeitar o artigo 13.º da CDC)?
2. De que forma pode o jornalismo do século XXI tratar os menores de idade, sem que estes se encaixem apenas em estereótipos ou símbolos dos problemas sociais do país?

A amostra que recolhi ao longo dos três meses de estágio no Público será o ponto de partida da minha reflexão.

4.3. Um olhar pontual sobre o Público, no verão de 2013.

4.3.1. A representação da infância e da adolescência no Público.

Para compreender de que forma o Público representa crianças e adolescentes no seu discurso jornalístico foi necessário realizar, em primeiro lugar, um levantamento de peças relativas ao período de tempo do estágio, que diziam diretamente respeito ao universo infantil e juvenil. Não se trata, pois, de um estudo quantitativo, mas de uma forma de organização a que recorri para destacar alguns exemplos. Dado que o período analisado se refere, em grande parte, à *silly season*, que poderá não espelhar a realidade diária do jornal ao longo de um ano, decidi que não teria dados suficientes para me arriscar numa análise mais pericial e metodológica.

De modo a recolher opiniões diversificadas sobre o tema, entrevistei, por *e-mail*, o meu editor da Sociedade, Tiago Luz Pedro, e Andreia Sanches, jornalista da mesma secção. Entrevistei ainda, presencialmente, a principal referência académica em Portugal sobre estes assuntos, Cristina Ponte.

Do levantamento efetuado das páginas impressas do jornal, ao longo dos três meses de verão, resultaram **78 peças distribuídas sobretudo pelas secções Sociedade e Mundo** (e residualmente na Cultura e na Ciência). Foram apenas selecionadas as peças escritas por jornalistas, cujos protagonistas ou atores secundários (independentemente de as suas vozes estarem omissas ou não) tinham entre 0 e 18 anos. Desta forma, não foram considerados os artigos que apenas estariam relacionados indiretamente com os jovens, como uma medida educativa ou uma análise estatística aos exames nacionais.

Também não foram equacionados neste levantamento artigos de opinião ou de crítica cultural que envolvessem diretamente crianças e jovens, até porque **o objetivo central desta pesquisa se prende com o trabalho diário do jornalista**, que ausculta, interpreta e escreve, numa lógica de valor-notícia, o mundo que o rodeia, sem tomar posições pessoais no seu trabalho. É a partir da notícia e da reportagem, géneros nobres do jornalismo, que é necessário questionar até que ponto a prática diária do jornalista contempla espaço de protagonismo para os mais novos.

Passo a exemplificar os critérios do levantamento que efetuei com casos retirados de notícias das secções Sociedade e Mundo:

1. Notícia sobre um professor que foi acusado de abusar sexualmente de duas alunas menores.

2. Notícia sobre protestos de estudantes na Escola Alberto Sampaio, em Braga, e que acabaram com uso de gás-pimenta pela PSP, causando ferimentos em seis alunos.
3. Notícia sobre a melhor pontuação portuguesa de sempre nas Olimpíadas da Matemática, realizadas na Colômbia.
4. Notícia que refere a morte de 22 crianças na Índia, vítimas de intoxicação alimentar.
5. Notícia sobre a morte de uma jovem britânica que se suicidou por ter sido vítima de *cyberbullying*.
6. Notícia sobre o nome do herdeiro da coroa britânica.
7. Notícia sobre menina muçulmana de 13 anos que é obrigada a ir às aulas de natação, na sua escola, na Alemanha, mesmo sendo contra a sua religião.
8. Notícia sobre ataque de gás *sarin* na Síria, do qual resultou a morte de várias crianças.

Como se compreende a partir dos exemplos enunciados, a grande maioria dos assuntos tratados no género da notícia dá conta de situações graves que envolvem ou a morte das crianças ou o risco social das que foram, por vários motivos, vítimas ou agentes de crime. Há que ter em conta também que as edições analisadas, cerca de 90, retratam uma realidade sazonal muito específica, a das férias escolares. Até mesmo do ponto de vista da produção de notícias de Educação, o foco das atenções está muito mais virado para os exames e para a classe docente do que para os alunos propriamente ditos, pelo que a criança-aluno surge sobretudo associada à época dos exames ou ao recomeço do ano letivo.

No entanto, é possível concluir que **existe o predomínio da notícia** (e da breve) enquanto género que mais menciona esta faixa etária, sendo que mais de dois terços das peças selecionadas são notícias. A outra conclusão imediata a que se chega depois de se analisarem as mais de 50 notícias sobre crianças e adolescentes é que **apenas duas contêm as vozes** dos seus protagonistas. A razão para isso pode estar associada à economia com que se elabora uma notícia. Ou seja, menos espaço para publicar, menos tempo para escrever e uma grande dependência do telefone e da Internet, quer a notícia seja uma breve quer tenha o espaço de uma página.

Outra razão que poderá justificar o predomínio da notícia, neste âmbito, é o facto de os temas em causa merecerem um **tratamento imediato devido à sua noticiabilidade**, nomeadamente no que concerne ao perfil da criança-vítima (ou criança ameaçada ou maltratada, de acordo com Cristina Ponte).

A este propósito, Tiago Luz Pedro, editor da secção Sociedade até agosto de 2013, reconhece ser essa a representação por excelência da infância no Público.

Poderá ter a ver com a própria natureza intrínseca do jornalismo, em que muitas vezes se hipervaloriza a carga negativa porque tudo o resto nos parece o “normal” (a chamada não-notícia).

Esta é uma realidade à qual não é possível escapar. **Das 78 peças seleccionadas, 29 retratam a criança-vítima** (categoria que pode sintetizar algumas das sugestões de perfis trazidos por Ponte), cujas causas variam entre abusos sexuais, acidentes, crimes, atos de negligência, ou atentados aos direitos humanos, muitas vezes resultando na morte das crianças.

É daqui que se infere a política jornalística do Público, já impregnada de uma **consciência pós Convenção** sobre os Direitos das Crianças, no que toca a privacidade dos intervenientes. As identidades dos jovens são salvaguardadas quando se trata de casos que envolvem risco social (o mesmo cuidado confirmando-se com a Fotografia). De referir igualmente que das 29 peças que representam a criança-vítima, **nenhuma apresenta contornos de reportagem**, sendo o número de peças distribuído em partes iguais pela breve de Sociedade, pela notícia de Sociedade e pela notícia de Mundo. Na maior parte das vezes os intervenientes não são escutados.

Andreia Sanches, jornalista no Público há 18 anos, é uma das peças-chave da secção da Sociedade. É, conjuntamente com Ana Cristina Pereira e Natália Faria, ambas do Porto, quem mais escreve sobre crianças e jovens, sobretudo em temas relacionados com as políticas sociais. Embora o seu trabalho seja mais visível na reportagem, é no género da notícia que reconhece estar o centro do que se passa na sociedade. É quem pode explicar com propriedade **as razões, além das económicas, para não se dar voz a uma criança, quando é retratada como vítima.**

Não querer ouvir uma criança que sofreu abusos, que cometeu um crime e está internada, ou que foi retirada à família porque passava fome é o nosso dever como jornalistas. Devemos dar essas notícias ouvindo os outros atores: a polícia, os tribunais, os especialistas que lidam com os casos, a família, os vizinhos... mas a criança é para ser protegida, sobretudo se já está fragilizada (o seu nome não deve ser revelado, a sua imagem idem, a sua história sim, mas sempre tendo a noção de que só é história porque deve ser denunciada e não pode, em caso algum, contribuir para vitimizar duplamente a criança que está no centro da mesma).

Claro que não há verdades absolutas. Estou a falar essencialmente do trabalho do dia-a-dia nos jornais. Porque pontualmente eu posso, avaliados todos os fatores, chegar à conclusão que num caso se justifica ouvir a vítima, que, por alguma razão quer denunciar o que lhe aconteceu. Posso achar que isso não a vai prejudicar, porque consigo proteger a sua identidade e tem interesse público.

Em suma, as opiniões das crianças são tão necessárias como outras, e não digo que elas estejam suficientemente presentes no PÚBLICO, podiam estar mais, mas em muitas notícias que fazemos, simplesmente não devemos ouvi-las. Para seu bem.

Se cerca de um terço das notícias analisadas ao longo de três meses dão conta de acontecimentos fortuitos que traçam um perfil da criança enquanto vítima, também é preciso notar que existe, em relação ao género da notícia, uma **grande dependência dos temas que fazem parte de uma agenda institucional**. Dessa fonte, é possível aferir sobretudo as representações da **criança-aluno** (com 16 peças) e da **criança assistida** (com 11 peças), ou seja, as que surgem associadas à Educação, à Saúde e à Solidariedade Social.

A gestão do que é matéria de notícia é feita diariamente pelos editores, e é deles que parte a responsabilidade do peso que se atribui a cada peça. Como editor, Tiago Luz Pedro tem presente que os setores da sociedade têm de ser tratados quer do ponto de vista institucional quer do ponto de vista do que vai acontecendo todos os dias.

Não é fácil fugir ao institucional e a Educação (como bem sabem os professores, as escolas, as comunidades educativas, os jornalistas...) é seguramente uma das áreas mais aprisionadas a esse nível. (...) Mas tem sido feito um esforço grande para mudar (ou pelo menos procurar equilibrar) esse estado de coisas (lembro-me de cabeça de quatro ou cinco trabalhos da Clara Viana onde isso é notório).

Mas não deixa de se preocupar com o que está “além” disso. As questões acumulam-se para Tiago:

Que histórias tenho que mais ninguém tem e que nos podem ajudar a fazer a diferença? Qual é a relevância relativa de cada uma delas e que recursos devem ser mobilizados? Que canais devo seguir e que fontes devo manter que me permitam trabalhar para além da agenda e do institucional? Tenho para mim que o bom jornalismo deve preocupar-se a cada momento em dar aos leitores histórias que eles não sabiam que queriam ler. Essa capacidade de surpreender, para mim, é crucial.

E Andreia Sanches acrescenta:

A questão aqui não é diferente da que se coloca em muitas outras áreas: quanto menos tempo os jornalistas tiverem para pensar e os editores para planejar menos se pensará em temáticas que vão além do imediato.

É por isso importante que os jornalistas tenham tempo para pensar e sugerir ideias aos seus editores, que geralmente as acolhem bem. Se o Público tem dado mais voz às crianças e aos adolescentes nos últimos anos, parte dessa responsabilidade partilhou-a Tiago com as suas colegas jornalistas.

Sinto sinceramente que essa é uma preocupação que está na matriz do PÚBLICO desde a sua génese e não é por acaso que o jornal tem desde há anos jornalistas (Andreia Sanches, Ana Cristina Pereira, Natália Faria...) especialmente vocacionados para trabalhar essa área. Mas, não sinto, por exemplo, que tenha feito mais por “dar voz às crianças e jovens” do que os editores que me precederam. Mas tenho a certeza de que também não saí a perder.

A vocação de que fala Tiago Luz Pedro quando associada à área dos mais novos pode ser explicada pela sensibilização que afeta o trio de jornalistas quanto às questões deontológicas e legais envolvendo a infância. Na verdade, foi a estas três jornalistas que coube o desafio do verão, de que darei conta mais à frente: a série de dez reportagens sobre o “Quarto do Adolescente”.

Afinal, quais são as construções que o Público faz da infância e da adolescência? Andreia Sanches aponta os principais temas que podem ajudar a traçar esse perfil, ou perfis.

A infância e adolescência são temas de jornal sobretudo nos assuntos de Educação (pela via dos resultados escolares – médias de exames, estatísticas de abandono escolar, etc...); quando se aborda as questões da pobreza; quando há casos mediáticos em tribunal (relacionados com vítimas de pedofilia, por exemplo); quando se fala do trabalho das comissões de protecção de crianças e dos tribunais de família (em 2013, por exemplo, foi notícia o caso das 7 crianças retiradas a uma mãe muçulmana a quem os técnicos dos tribunais foram, ao longo de anos, sugerindo que laqueasse as trompas. Foi um caso muito polémico, que acompanhei de muito perto, mas houve muitos outros...); nos casos da delinquência juvenil (em 2013 fiz alguns trabalhos sobre/em centros educativos e centros de acolhimento e um dos casos mais mediáticos foi o do rapaz de Massamá que esfaqueou colegas e uma funcionária na escola.... Também acompanhei de perto esse caso, o rapaz continua internado num centro e em breve vai começar a ser julgado)...

Estou apenas a dar exemplos para demonstrar que não há, na minha opinião, uma abordagem uniforme da infância, há muitas infâncias. Ainda que, de facto, as crianças e os jovens sejam muitas vezes notícia por más razões (porque foram vítimas ou porque cometeram delitos).

Falar com crianças sobre “grandes temas”, sobre “temas sérios” – economia, educação, pobreza, sexualidade, por exemplo – é menos comum. (...) Mas, não sendo quotidiano (e também acho que não tem que ser) acontece com alguma regularidade. Dou um exemplo: fiz um trabalho há dias sobre cantinas escolares que abrem nas férias do Natal. Tal como se ouviu professores e autarcas ouviram-se várias crianças que frequentam as cantinas, perguntou-se-lhes sobre a forma como funciona a acção social escolar, conversámos sobre pobreza, sobre o desemprego dos pais... O trabalho foi, essencialmente, as narrativas dos miúdos que fomos encontrando nas cantinas nas férias do Natal.

É neste domínio, no do que se faz além do noticioso, da agenda e do institucional, que se encontra a reportagem, género jornalístico onde se inscreve um maior registo de vozes. **Das 78 peças seleccionadas, 22 são reportagens ou recolhas de testemunhos**, e apenas uma dessas 22 peças (uma reportagem) pertence a uma outra secção que não a Sociedade, ou seja, a Ciência.

Quando analisamos à lupa este conjunto de 20 reportagens, cinco dizem respeito à Educação, uma à Saúde, e 14 inscrevem-se no que gostaria de denominar como Cidadania.

É, aliás, **a partir do conceito da “criança cidadã”, que é possível encontrar mais vozes**, sem que estas constituam apenas pequenos testemunhos que ilustram uma história. É aqui que assumem o seu protagonismo enquanto crianças e jovens que pensam, sentem e atuam. E é sobre este mesmo assunto que demorarei a minha atenção de seguida.

4.3.2. A Reportagem sobre a Infância e a Adolescência

Não é possível aferir se 20 reportagens é muito ou pouco dentro de um limite temporal de três meses. No entanto, há que ter em conta que, tratando-se de uma *silly season*, há naturalmente um recuo de peças que possam estar directamente relacionadas com o ano letivo ou outras matérias de foro mais institucional. No entanto, também por ser *silly season*, foi pensada uma série de dez reportagens de modo a fazer face à diminuição de peças no mês de agosto. A série “O Quarto do Adolescente”, arquitetada por Tiago Luz Pedro e concebida por Andreia Sanches, Natália Faria e Ana Cristina Pereira, foi publicada entre 12 e 23 de agosto, de segunda a sexta-feira. As reportagens assumiram formato de plano, ou seja, duas páginas completas, em

que três quartos do espaço ocupavam a reportagem propriamente dita e um quarto, em caixa, refletia uma investigação, com recurso a estatísticas e ouvindo-se alguns especialistas consoante o tema afluído.

O trabalho, que resultou num esforço de equipa entre as três jornalistas que se alternavam quer na escrita da reportagem quer na escrita das caixas de informação, foi pensado por Tiago Luz Pedro, que aqui explica os contornos da ideia.

Tinha desde há uns dois anos a obsessão de montar uma série sobre os quartos dos adolescentes portugueses, de entrar por eles dentro e de mostrar o que também eles revelam sobre os jovens e as suas formas de viver, de pensar, de sentir. Depois, houve a preocupação de diversificar o mais possível os perfis, porque felizmente não há uma única juventude. Já tínhamos feito algo parecido na revista, num trabalho da Sanches que tinha por título qualquer coisa como “Na cabeça dos adolescentes”. Mas esta ideia do quarto, de fotografar cada um dos jovens retratados no seu interior, não me saía da cabeça. Pode haver outras explicações mais prosaicas para o meu interesse na série, a primeira das quais o facto de ter miúdos em casa que caminham para essas idades...

A série de retratos de que fala Tiago teve, como inspirações, variados temas da sociedade, embora no fluir dos textos se cruzassem diferentes preocupações. Tecnologia, a relação com a escola, os hábitos alimentares, a relação com o corpo, os consumos culturais, a relação com a família, o consumo de droga, álcool e tabaco, a saúde mental, a sexualidade e o *cyberbullying* são os temas de cada uma das reportagens. Nelas estão presentes dez adolescentes entre os 14 e os 17 anos que, não só se deixaram fotografar (à exceção de uma menina institucionalizada), como falaram abertamente sobre as suas experiências e sobre os seus pontos de vista.

Andreia Sanches, que montou a estrutura da série compondo uma lista de jovens com quem poderiam falar, faz o balanço da mesma.

Acho que podia ter resultado melhor, do ponto de vista de maior coerência entre textos, títulos e imagens, mas no essencial (ou seja, pôr jovens a pensar assuntos que marcam o seu quotidiano) acho que foi um belo esforço.

Como leitora do Público e observadora deste tipo de jornalismo, a investigadora Cristina Ponte demonstra o seu apreço por iniciativas como esta do “Quarto do Adolescente”. Enquanto estudiosa da evolução da representatividade da infância nos jornais portugueses nos últimos 40 anos, Cristina Ponte admite existir nesta série um ponto de rutura com a continuidade.

A série dos adolescentes que o Público fez no verão passado vem ajudar a atenuar essa falha [a da pouca representatividade da infância e da adolescência no jornalismo], até porque não era uma peça esporádica como vemos de vez em quando, era uma série, e revelou precisamente que os jovens pensam, que têm preocupações, que não vivem numa redoma fechada só sobre eles. É preciso contrariar as zonas de silêncio em que eles são colocados. É uma questão do direito a ter visibilidade, a serem considerados os pontos de vista das crianças nas situações que lhes dizem diretamente respeito, e que é uma prerrogativa da Convenção sobre os Direitos da Criança.

E expõe por que razão se pode atribuir a este tipo de textos a representação da “criança cidadã”, ou “adolescente cidadão”.

Depois, há toda uma questão de inclusão desde cedo no que diz respeito às questões da cidadania, porque a cidadania não começa aos 18 anos. O direito a ser ouvido, o direito a ser visível nas notícias também traz do ponto de vista social uma maior consciencialização de que há ali gente que também participa no mundo.

Das restantes dez reportagens, torna-se mais difícil categorizar as representações realizadas em cada uma delas, até porque se algumas assumem claramente contornos de Educação, logo, da criança-aluno, outras cruzam conceitos de representatividade. Uma vez que dessas dez reportagens, sete são da minha autoria, passo em seguida a refletir sobre elas.

4.3.3. As vozes “deles” através da minha

O facto de ter elaborado nove das 78 peças seleccionadas (sendo que duas são notícias²⁷) não significa que a iniciativa de escrever sobre crianças e adolescentes tenha sido minha. Na verdade, tirando a peça de que falei antes sobre a orientação vocacional, cuja ideia partiu de uma preocupação minha enquanto professora, todas as outras foram propostas pelos editores ou jornalistas que trabalhavam diretamente comigo.

Na primeira semana de estágio fiz duas reportagens pequenas para publicar no Online sobre as reações dos alunos de duas escolas de Lisboa aos exames nacionais. O objetivo era recolher testemunhos minutos depois de os alunos terem concluído os respetivos exames. Na primeira situação, os alunos tinham entre os 16 e os 18 anos e, como seria de esperar, não havia quaisquer encarregados de educação à espera, na porta da escola. A indicação que tive por parte

²⁷ Ver Anexos 25 e 26.

do meu editor é que bastava terem 16 anos para serem entrevistados e fotografados, se assim o entendessem. Aquela era uma diretiva recorrente na secção da Sociedade, até porque, disse-me o Tiago na altura, “todos os anos se faz o mesmo”.

No próprio dia publiquei a reportagem no Online e no dia a seguir saíram então os testemunhos dos jovens no papel²⁸.

Dois dias depois, voltava para a porta de uma outra escola, desta vez básica, onde os alunos que estavam a fazer o exame de Português do 6.º ano tinham entre 11 e 12 anos. Nesta situação, já os encarregados de educação estavam à espera dos seus educandos no portão da escola. O meu objetivo aqui foi não só entrevistar os alunos mas também os pais, sobretudo porque estes deviam ser auscultados quanto à antecipação do exame de Matemática, devido à convocação de uma greve geral para o dia da prova. A abordagem foi simples: tendo chegado mais cedo, detetei alguns encarregados de educação que estavam à espera no portão, falei primeiro com eles e perguntei se poderia entrevistar e fotografar os seus educandos quando saíssem.

A reportagem foi publicada nesse mesmo dia no Online e, no dia seguinte, seria utilizada para compor um texto da autoria da Graça Barbosa Ribeiro sobre o Exame²⁹.

Apesar de ser uma forma interessante de se ouvirem os jovens sobre um assunto que lhes diz diretamente respeito, este tipo de reportagem não deixa de se encaixar num modelo que parece estar já pré-formatado e que é utilizado todos os anos por ocasião dos exames. Ou seja, através deste tipo de textos fica clara a necessidade editorial de utilizar estes testemunhos como forma de ilustração das notícias sobre os exames. Os artigos ganham um certo colorido e combatem o enfado de que geralmente padecem quando apenas se referem os pareceres dos professores e do ministério.

Os testemunhos dos alunos acabam por ser sempre muito similares, girando em torno da dificuldade ou da facilidade com que fizeram o exame e se estavam preparados ou não.

Quando os resultados dos exames começaram a sair, tempos depois, as estatísticas vinham desmentir a facilidade que os alunos tinham sentido ao realizarem as provas. Nessa ocasião, na da exploração das estatísticas associadas aos exames, já não se escutavam nem alunos, nem encarregados de educação, nem psicólogos, de modo a tentar compreender as verdadeiras razões que estavam por trás do insucesso. Aí, eram os números que gritavam aos ouvidos dos

²⁸ Ver Anexo 20.

²⁹ Ver Anexo 21.

leitores, não sendo por isso necessário acrescentar elementos coloridos como a opinião dos jovens envolvidos.

Ainda que a reportagem que fiz sobre a orientação vocacional tivesse como protagonistas jovens entre os 18 e os 20 anos, saindo assim do espectro etário definido pela CDC, ela foi, a meu ver, uma tentativa de retratar uma preocupação que afeta os adolescentes pelo menos desde os seus 15 anos, idade em que habitualmente entram no ensino secundário. Desta forma, e porque já me referi a este trabalho antes, concluo que terá sido um bom esforço jornalístico de modo não só a ouvir as opiniões destes jovens como a enunciar algumas questões pertinentes relacionadas com o dia-a-dia dos estudantes portugueses. De pouco servirá a uma reportagem conter a voz de uma criança ou de um adolescente se esta não acrescenta nada de novo e apenas serve para ilustrar um propósito inscrito na agenda da semana.

Com 17 e 18 anos, João e Alessandra andavam na praia da Costa da Caparica a vender cervejas e coxinhas de atum aos veraneantes. O parágrafo final que lhes dediquei na reportagem que fiz sobre as praias urbanas de Lisboa³⁰, no tal dia particularmente farrusco, é apenas uma amostra das razões que estavam por trás daquela iniciativa dos jovens, e que davam por si só um melhor motivo de reportagem do que aquele que me levou lá. Por motivos de edição, o que escrevi sobre eles foi naturalmente encurtado, mas gostaria de deixar aqui o excerto completo:

Alessandra e João, de 18 e 17 anos, andam a apregoar “coxinhas e cervejas”. Trazem uma geleira e um tupperware e dizem que é tudo a um euro. São estudantes do ensino secundário e estão de férias. Sorriem quando lhes perguntamos se são amigos. “Amigos coloridos”, respondem por fim, entre risos. “E sócios.” Andam a vender coxinhas de atum e cervejas frescas aos banhistas mais preguiçosos. “Hoje em dia está bué difícil arranjar trabalho, nós aproveitamos, vendemos e ganhamos dinheiro para comprarmos as nossas coisinhas”, conta Alessandra, que é a cozinheira de serviço. No fim, dividem o dinheiro por ambos.

A ideia surgiu porque outros amigos já tinham feito o mesmo e descobriram que a atividade até “saía”. Começaram há uma semana e já levam o negócio a sério, que, dizem, “é melhor do que andar a distribuir publicidade, a ganhar 20 euros por dia”. “Ali é a toda a hora que estão a carregar-me o braço. Até fica a doer o cotovelo. Aqui sempre nos distraímos mais, paramos a meio do caminho, descansamos”, explica João, com a atitude de quem não tem de cumprir ordens de outrem.

³⁰ Ver Anexo 9.

João é mais do que um vendedor ocasional de cervejas na praia. “Também tenho uma loja online, vendo ténis e sempre ganho mais uns dinheirinhos para investir. Mas estamos agora a começar a experimentar outras coisas. Costumava fazer venda direta a amigos com material que mandava vir de fora. Agora vou começar a vender também para outros países. Compro através da net às fábricas da China.” Se está tudo legalizado? “Acho que sim!” E impostos? “Não, acho que ninguém paga impostos nestes negócios”, diz.

Este último parágrafo, não publicado, pode suscitar algumas questões: de que modo um jornalista deveria abordar este assunto? Seria o João interpretado como um menor empreendedor, social e economicamente ativo? Ou o facto de estar envolvido com potenciais “negócios da China” faria dele exemplo de uma juventude pré-delinquente?

O que é certo é que tais temas não surgem com frequência nos *media* em Portugal, tanto que nem o próprio João parecia saber se estava a fazer algo de errado ou não. Uma boa matéria para aprofundar?

Na reportagem seguinte, proposta pela Andrea Cunha Freitas, eu só tinha duas colunas para escrever sobre uma iniciativa de solidariedade. O meu texto faria parte de um plano de duas páginas, cuja temática principal girava em torno de um tratamento polémico à base de células dendríticas que supostamente contribuía para curar doentes de cancro, na Alemanha. Sendo o caso muito badalado na época, porque envolveu uma querela entre o Público e a TVI, devido às questões deontológicas respeitantes à forma como os órgãos de comunicação social deveriam referir-se ao dito tratamento, a minha missão era bastante simples: visitar um arraial numa escola em Alcântara, onde um grupo de mães se encontrava a angariar fundos para ajudar duas famílias a levar os seus filhos, doentes de cancro, à Alemanha. Uma menina chamada Leonor, de 4 anos, e um rapaz de 14, Ivanoel.

Realizei alguma pesquisa para me preparar e desloquei-me ao local de reportagem com um fotógrafo. As crianças em questão não estariam presentes, pelo que me disseram antes, mas toda a reportagem seria sobre elas e sobre aquele grupo de mães que em poucos dias tinha conseguido pôr de pé um evento de dimensões consideráveis.

No local, falei durante largos minutos com uma das organizadoras. O espaço transpirava alegria, otimismo e força de vontade. A abnegação das pessoas que se envolveram naquela causa era por si só o melhor motivo de reportagem que eu podia ter. Ninguém estava interessado na polémica que envolvia as células dendríticas, o que queriam era angariar

dinheiro para ajudar aquelas duas crianças. Até que soube, por uma das minhas entrevistadas, depois de toda uma conversa sobre a organização do arraial, que Ivanoel tinha acabado de falecer naquela mesma noite e que o facto estava a ser escondido dos visitantes que estavam a contribuir para a angariação. Não queriam estragar o ambiente de um evento que tinham preparado com tanto carinho e dedicação, sobretudo quando ainda existia Leonor.

Aquela notícia desequilibrava toda a minha reportagem. Sabia que tinha de lhe dar outro rumo e tentar perceber o que faria agora aquele grupo de mães. Quando cheguei à redação, e estando muito pouca gente à minha volta porque era sábado, senti-me nervosa. Fiz a transcrição das entrevistas e a curiosidade levou-me a procurar na Internet quem eram aquelas duas crianças. Ver os seus rostos em páginas de apoio no Facebook e toda a esperança que era depositada naqueles dois símbolos de vida enfraqueceu-me. Eu tinha a responsabilidade de falar sobre uma iniciativa que defendia a luta pela vida, independentemente das questões deontológicas que o tratamento levantava.

Não sabia como escrever. Pela primeira e única vez ao longo do estágio, eu tinha uma folha em branco à minha frente e não sabia como reportar o que tinha visto no arraial, e o que ele representava, mas sobretudo não sabia como dizer que o Ivanoel tinha morrido. Não sei como teria reagido se o caso se tivesse passado com adultos ou idosos. O meu lado humano estava completamente exposto e eu sabia que tinha de ser alguém imparcial a escrever o texto. Afinal eram só duas colunas.

Uma conversa telefónica com a minha editora daquele fim de semana, Andrea Cunha Freitas, amenizou o estranho bloqueio que eu sentia. As lágrimas correram-me pela cara, enquanto eu tentava explicar à Andrea que não sabia como dar uma notícia daquelas e narrar ao mesmo tempo o que me levava lá. Era uma ironia demasiado cruel.

Andrea foi a voz que me tranquilizou. Que me confirmou a humanidade dos jornalistas, quando colocados em situações que envolvem sobretudo crianças doentes ou crianças que morrem. Chorar ou entrar em pânico era normal porque se era humano, e era bom que assim fosse, porque a partir do dia em que o jornalista deixasse de o ser era muito mau sinal.

Lentamente, as palavras surgiram na folha em branco³¹ e pouco depois seguiram para a impressão. Naquele dia, prometi à Andrea que seria capaz de voltar a escrever sobre assuntos

³¹ Ver Anexo 22.

que me fragilizavam, como aquele. Era urgente, disse-me ela, haver pessoas no jornalismo que o fizessem.

A minha primeira colaboração Ciência-Sociedade foi abençoada por um rapaz de oito anos chamado Afonso Vaz Pinto. Foi um dos trabalhos mais agradáveis que fiz ao serviço do Público. Afonso, angolano mas com uma ligação muito forte a Portugal, vinha dar uma palestra ao Pavilhão do Conhecimento – Ciência Viva sobre a sua grande paixão: a paleontologia. O objetivo de Teresa Firmino, a minha editora da Ciência, era fazer uma reportagem sobre esta palestra e tentar compreender até que ponto ele era de facto especialista naquelas matérias.

Quando o conheci, soube imediatamente que me daria uma boa estória, porque era um menino de 8 anos, absolutamente normal, que vinha falar de dinossauros e fósseis perante uma grande plateia. O pai, a sua grande inspiração e quem o tinha ajudado a preparar-se para a palestra, deixou-o comigo para que eu o entrevistasse, num banco de jardim, junto ao pavilhão. A conversa fluiu como se o gravador não estivesse ali. Afonso fez mais do que responder às minhas perguntas, ele contou-me a sua história e explicou-me imensas coisas sobre paleontologia como se um mestre estivesse a ensinar o seu aluno.

Mais tarde assisti à palestra na fila da frente. Afonso não parecia estar nervoso, tinha a lição bem sabida. Encontrei-o depois a visitar a exposição sobre os dinossauros com a família. Brincava e corria pelo espaço, tão entusiasmado como outra criança qualquer. A exceção residia no facto de Afonso olhar para as réplicas dos dinossauros e saber a que espécie pertenciam e muitas outras coisas que só se sabem com muita leitura e dedicação. Mas no fundo, Afonso era apenas um miúdo como qualquer outro.

A reportagem³² que escrevi sobre esta criança poderia inscrever-se no tipo de representação da “criança herói” – aquela que por qualquer motivo executa atos excecionais. No entanto, esta é uma categoria que gostaria de questionar. Jornalisticamente faz sentido escrever sobre o que é diferente, insólito e que foge ao habitual, como uma criança-génio. Afonso parecia encaixar nessa situação e por isso a sua participação naquela palestra, que ocorria por ocasião do aniversário do Pavilhão do Conhecimento, tinha sido publicitada, tratando-se por isso de matéria de agenda.

³² Ver Anexo 23.

A voz com que falou de dinossauros e fósseis foi escutada pelos leitores do Público que possivelmente a interpretaram como uma voz excecional. No entanto, Afonso era uma criança normal, que gostava de brincar, jogar à bola, ver desenhos animados. Ele era tão excecional na paleontologia, como uma outra criança qualquer de 8 anos é no ballet, na música ou no desporto. E nem por isso deixariam de ser crianças normais.

O que me faz pensar que o motivo de reportagem, embora certo, tenha ajudado a confirmar o mito de que só os muitos excecionais é que merecem aparecer nas páginas dos jornais.

Como educadora ao longo de 13 anos, contactei de perto com muitos Afonsos. Meninos cujos talentos únicos foram ficando pelo caminho por falta de quem acreditasse neles. Por lhes ter sido negado o sonho de se tornarem grandes atletas ou espantosos artistas. Ou simplesmente porque cresceram e ninguém reparou como tinham sido especiais enquanto crianças.

Estavam criadas as condições para avançar para a reportagem mais empolgante que fiz sobre crianças. Mais do que excecionais, os 36 atores da Academia Internacional de Teatro para Crianças, com idades entre os 8 e os 15 anos, eram o exemplo mais do que perfeito de como uma criança normal ganha coragem para fazer algo tão excecional ao ponto de lhes mudar a vida.

Foi a reportagem que mais gostei de fazer, até porque pessoalmente, envolvia dois ou três fatores que me motivavam bastante: o facto de os protagonistas serem crianças e adolescentes e o facto de eles estarem a ter formação na área do teatro, experiência pela qual eu própria passei, enquanto encenadora de teatro escolar.

Dificuldades? Obstáculos? Poucos. A organização garantiu-me que todas as crianças tinham a autorização dos seus encarregados de educação para darem entrevistas (acompanhados de um adulto) ou serem fotografadas, até porque o objetivo final da Academia era levar um espetáculo à cena, no Teatro da Comuna. Precisavam até de uma certa projeção.

Passei um dia inteiro com a equipa (cerca de 50 pessoas) no Seminário Maior de São Paulo, em Almada. Assisti a ensaios, a aulas de expressão corporal e de música. Almocei com eles, encontrei-os em momentos de descontração nos intervalos das atividades. Falei com os organizadores, franceses, portugueses e angolanos, com o encenador, com pais. Compreendi que, mais do que fazer uma reportagem sobre uma Academia de Teatro que vinha realizar uma formação de intercâmbio a Portugal pela primeira vez, eu ia fazer uma reportagem sobre o

conceito tão mal tratado da Educação pela Arte, ou educação artística. Por meio daquela aventura, que era ensinar crianças e jovens de quatro países diferentes a fazer teatro e a montar um espetáculo, muitos daqueles meninos, longe de telemóveis, televisões e computadores, estavam a aprender a dar-se uns com os outros através de linguagens artísticas, tão diferentes do que é o seu quotidiano.

Em conversa com a responsável pela “académie”, Elisabeth Toullet, compreendi que muitas daquelas crianças não estavam ali de férias.

“Aqui há 36 crianças e pelo menos metade delas têm dificuldades de relação. Não falo de uma relação superficial, mas de algo mais profundo, mais completo. Uma relação de confiança, onde é possível retirar a máscara que usamos no dia-a-dia e dizermos aos outros quem somos verdadeiramente. É uma escolha que não está na base dos nossos programas escolares. Há aqui crianças felizes que aproveitam esta experiência e vejo, a cada dia que passa, uma enorme alegria quando aprendem a cantar e a dançar ou quando descobrem uma personagem. Há aqui crianças que sofrem interiormente, que estão feridas. Não sei porquê, mas isso vê-se. O objetivo da academia é que elas possam descobrir essa alegria a cada dia que passa.”

Ao longo de mais de uma hora de entrevista com Elisabeth Toullet, num francês um pouco gaguejante, encontrei o motivo pelo qual eu deveria dedicar o meu relatório de estágio à representatividade das crianças no jornalismo. A educação pela arte, neste caso o teatro, era um pretexto para chegar onde professores, pais e psicólogos muitas vezes não conseguem chegar. Uma reportagem que faça o esforço de compreender este universo e que tenha a visibilidade necessária pode ajudar a que uma criança com problemas graves de autoimagem e autoestima se olhe de modo diferente e se valorize. A criança silenciada, aquela que parece não dar trabalho, é tantas vezes subestimada que ninguém acredita nas suas potencialidades excecionais.

Quando entrevistei as crianças, decidi que queria primeiro falar com o grupo angolano. Era a primeira vez que participavam. Alguns tinham vindo depois de os pais fazerem esforços sobrenaturais para lhes pagarem as passagens. A experiência, depois de duas semanas em Almada, estava a mudar-lhes as vidas, as perspetivas do que queriam ser. Senti, por parte dos meninos angolanos, não só em conversa, mas do que observei nos ensaios, que a sua paixão pelo teatro, pela dança e pela música era muito maior do que a dos restantes meninos. Ali, eles estavam a provar que aquela era a vida que queriam para si e quão agradecidos estavam à Academia tê-los convidado para participarem.

A conversa, em torno de uma mesa junto a um pátio, foi muito divertida. Senti que deveria eu própria fazê-los rir um pouco, para se descontraírem e para confiarem em mim. O adulto presente ajudou a compor o ambiente descontraído e todos falaram abertamente, ainda que alguns parecessem um pouco nervosos. Quando comecei a sentir da parte deles um certo silêncio, fiz-lhes a minha pergunta habitual para o fim da conversa: “O que é que eu me esqueci de vos perguntar?”. Ao que todos encolheram os ombros, sorrindo. “Acho que perguntaste tudo! Podemos ser nós a fazer-te perguntas agora?!”

Em seguida entrevistei um grupo com crianças portuguesas, francesas e belgas, num misto de francês e português. Estavam um pouco mais retraídos, mas alguns disseram o que lhes ia na alma. O teatro não era um sonho ou uma possível profissão, era uma ferramenta. “O teatro ajuda-nos a ganhar confiança em nós mesmos”, disse a pequena Júlia de 12 anos.

Uns dias depois, quando os fui ver no Teatro da Comuna, o ambiente era de pura expectativa e entusiasmo. Ao chegar, reparei que algumas pessoas, espetadores que aguardavam pelo início do espetáculo, olhavam para uma parede, junto à bilheteira. Que algumas das crianças envolvidas chamavam a atenção dos pais e dos amigos para o estava colado na parede. Não era o cartaz da peça. Era a minha reportagem³³.

³³ Ver Anexo 24.

V. SUGESTÕES

Uma vez que **as orientações deontológicas presentes nos organismos portugueses não fazem mais do que alertar para a privacidade e para a não identificação dos menores sobretudo em caso de risco social** (não contemplando assim os princípios da liberdade à expressão e à opinião das crianças), gostaria de deixar aqui algumas sugestões práticas emanadas por autores como Mike Jempson e Lídia Marôpo no sentido de exemplificar como é possível aumentar o número de peças jornalísticas que traduzam o direito das crianças a serem ouvidas.

Embora sejam vários os guias e manuais que a FIJ disponibilizou ao longo dos últimos 25 anos, de modo a veicular o espírito da CDC entre os jornalistas do mundo inteiro (que aparentemente não tiveram tradução portuguesa), gostaria de destacar o **“The Media and Children’s Rights”**, de Mike Jempson e Denise Searle, cuja segunda edição data de 2005. O manual, disponível na Internet, tem como objetivo sugerir ao jornalista um conjunto de questões que é possível abordar no que à infância concerne. É pois um instrumento atual e útil que tanto serve o propósito de promover os direitos das crianças, como facilita aos jornalistas ideias para histórias interessantes e pertinentes.

O manual é constituído por quinze capítulos ou temáticas envolvendo as crianças e os seus direitos, como por exemplo a deficiência, a discriminação, a família, o trabalho infantil, a guerra, a saúde e a educação. Em cada uma das temáticas, surge uma *checklist* de perguntas úteis para a composição de uma possível reportagem ou artigo de investigação.

Ressalvo aqui algumas delas (Jempson; Searle, 2005):

Investigate the legal and social status of disabled children. Do they lack equal opportunities because there are no laws about their rights, or because of prejudice? Do attitudes and opportunities vary according to the disability? Talk to children about where prejudice comes from. They can help to dispel myths and misrepresentation about people who are ‘different’ by describing their own experience. (p. 6)

Is discrimination common in your country, against ethnic minorities for example? Explore the reasons and the effects — especially upon children. Give children who suffer as a result of discrimination opportunities to tell the public how it affects them and what it feels like. (p. 8)

Investigate teenage pregnancy and parenthood. How do young mothers cope? How did their families and friends react? What difference do they think their age will make to their children's lives? (p. 10)

Some families rely on children to help maintain a basic household income or sustain a family business. Are they being exploited or are they a vital part of the family economy? What hours do they work? Do they have any option? Are they being kept away from school? (p. 12)

Focus on the effects of armed conflict on children – direct threats to life, psychological and physical health, personal development; indirect effects on services for children and their families. Report other risks to children – from lengthy school closures or trauma induced by air attacks, etc – and ways they can be helped or protected. Record their resilience under fire. Add the human angle to the political context. (p. 14)

How are children with HIV/AIDS treated and accommodated? What support systems exist? Investigate the effectiveness of health education campaigns in helping children make informed decisions about their lives, especially about their diet and sexual behaviour. (p. 16)

Include children and young people when seeking opinions about local and national government policies. Publicize their views, especially about welfare, education or infrastructure projects which directly affect them in the short-term. Encourage them to express their opinions about plans for the future. (p. 20)

Investigate the real extent of equal opportunities for all children within the education system: for example girls and boys; rural and urban; those with disabilities and members of minority communities. (p. 28)

A estas sugestões, juntam-se algumas de Lúcia Marôpo (2013: 146):

Procurar sempre que possível incluir o ponto de vista infantil nas notícias, evitando representar crianças e jovens como recipientes passivos de políticas públicas ou objetos de proteção.

Conhecer os documentos jurídicos nacionais e internacionais sobre os direitos das crianças e monitorizar a aplicação dos mesmos.

Evitar apresentações sensacionalistas ou estereotipadas das informações em histórias que promovem personalização, dramatização e fragmentação exageradas. Estas estimulam apenas o envolvimento emocional da audiência em detrimento da análise das causas, contextos e soluções dos problemas de fundo.

Desenvolver histórias focadas na vida diária das crianças (...) e nas questões quotidianas que enfrentam (...). Focar a experiência de sucesso em lidar com estas questões, não só problemas.

Ter respeito, cuidado e atenção especial às crianças de grupos minoritários (em situação de pobreza, imigrantes, minorias raciais, portadores de deficiências, etc), divulgar histórias de sucesso sobre estas e evitar promover estereótipos.

VI. CONCLUSÕES

Depois de ter efetuado um conjunto de reflexões baseado no encontro teórico-prático que pretendi trazer aqui, deparei-me com várias conclusões que penso serem úteis para o panorama académico, profissional e deontológico que envolve o mundo jornalístico e a sua forma de representar crianças e adolescentes, em Portugal.

6.1. A eterna e crescente responsabilidade dos *media*

A responsabilidade dos *media* não pode ser desvalorizada ou minimizada por mais que os tempos modernos conduzam os jornalistas a uma prática profissional de contornos descartáveis. A deontologia deve ser prerrogativa número um na formação académica e profissional dos futuros jornalistas. A minha experiência no Público permitiu-me compreender como essa aprendizagem em estágio se faz, em algumas circunstâncias, às cegas, sendo que em situações mais difíceis me guiei pelos meus escrúpulos, ou por conselhos de colegas que me dispensavam alguns dos seus preciosos minutos, em vez de seguir o propósito, por vezes implacável, de publicar antes ou em exclusivo peças que poderiam pecar pela falta de acuidade.

Não é uma questão de culpabilizar pessoas ou instituições. O ritmo de trabalho é quase sempre tão frenético durante um estágio que nem sempre há espaço para a reflexão ou para a formação interna. Esse discernimento que se pretende, também conhecido por bom senso, nem sempre aflora nos mais inexperientes. O que me preocupa, enquanto cidadã e enquanto leitora de jornais, é o crescente descrédito que a classe jornalística enfrenta por parte do público. A forma como cada vez mais desconfiamos do que se escreve ou como suspeitamos de uma inequívoca duplicidade de valores quando, por exemplo, em vez de capas jornalísticas, os jornais exibem publicidade a favor de grandes grupos empresariais. Onde está a responsabilidade neste caso?

Esse aceleração jornalístico em prol de argumentos economicistas, tão cada vez mais comum, é, a meu ver, a causa principal da degenerescência de muito do jornalismo português contemporâneo. É responsável pela inevitável falta de tempo para refletir e planejar dentro da redação, pela baixa qualidade de textos que apresentam cada vez menos fontes e é ainda responsável pela criação de uma nova geração de jornalistas, que, mesmo tendo dois dedos de testa, não tem a autonomia ou o tempo que lhe permita desenvolver peças criativas, originais, pertinentes e úteis. Dada a minha experiência de estágio, posso afirmar que tal parece não suceder no Público, ou pelo menos não é a sua política corrente, uma vez que eu própria tive

autonomia para propor e realizar peças e fui ensinada a questionar-me constantemente sobre a relevância jornalística do que fazia.

Essa responsabilidade, cuja consciência conduz a um jornalismo de referência e de qualidade – em que ainda está incluído o Público –, não pode ser debatida apenas nos temas nobres que giram em torno da Política e da Economia. Ela deve ser ainda mais especialmente empregue em temas de Sociedade, que envolvam as pessoas reais – os protagonistas da nossa história contemporânea.

Os jornalistas não podem esquecer a sua missão enquanto instrumento controlador das instâncias democráticas de um país. Devem ter conhecimentos variados, acima de tudo no que diz respeito aos princípios constitucionais, mas devem sobretudo ter consciência do seu próprio código deontológico. Devem, em última análise (ou primeira) ter noção de que são fundamentais para o debate sobre os Direitos Humanos, entre os quais estão os direitos das crianças. Devem pois investigar, contextualizar, dar visibilidade aos problemas e promover a discussão para que motivem a busca de soluções e não apenas noticiar em primeira mão o que lhes dará mais audiência ou vendas. Urge, por isso, desacelerar o ritmo e compreender até que ponto a sociedade ganha, não com *hard news*, mas com *fast news*.

É ainda crucial que os *media* tenham em atenção a sua responsabilidade ética em fazer cumprir a legislação que foi ratificada por Portugal em 1990 – falo da CDC. Que questionem junto dos seus instrumentos deontológicos ou livros de estilo se se contemplam os direitos das crianças à participação e à expressão dos seus pontos de vista, mais do que simplesmente proteger a sua identidade em casos de risco social, até porque urge combater a ideia de que a criança só é objeto de menção jornalística quando é considerada vítima.

6.2. Um jornalismo especializado em infância?

Embora simpatize com a ideia de haver jornalistas especializados em infância, como sucede no Público, não acredito nessa premissa como justificação de que se está a respeitar a CDC num jornal. Um jornalista de redação é como um médico que, embora possa ter a sua especialidade, também “faz banco”, onde tem de acudir a todo tipo de maleitas.

Na verdade, nem todos os profissionais concordam com a pertinência jornalística de utilizar crianças e adolescentes como fontes credíveis nas suas histórias. Nem todos, como diz Marôpo

(2013: 136), “se sentem preparados para entrevistar crianças e não sabem em que circunstâncias devem ouvi-las”.

É pois o desinteresse, a falta de especialização e o desconhecimento de jornalistas e editores que resultam como constrangimentos impeditivos de se realizar um jornalismo de qualidade onde as vozes dos mais novos possam ser ouvidas (Marôpo, 2013: 94).

No caso do Público, cuja série sobre os adolescentes foi, no verão de 2013, fundamental para combater o paradigma, a questão do desinteresse não se coloca de forma preocupante. Mas faz-me refletir sobre a potencial sensibilização que as três jornalistas responsáveis pelo segmento poderiam despertar junto da sua própria redação. Também não posso deixar de assinalar como foi um homem o arquiteto dessa série de dez reportagens sobre a adolescência, situação que, de acordo com os investigadores, está, de modo geral, mais atribuída a jornalistas mulheres. Essa sensibilização, em parte assumida por Tiago Luz Pedro devido ao facto de ser pai, deve, mais uma vez, quebrar as convenções e disseminar-se por qualquer que seja o jornalista: mais novo ou mais velho, homem ou mulher.

É necessário, pois, que se alargue a sensibilização e se promova a formação quer interna quer externa de jornalistas, editores e diretores. E, não havendo iniciativa por parte de organismos reguladores ou de centros de investigação, serem os próprios órgãos de comunicação os promotores de conferências e encontros onde seja possível debater os problemas éticos que surgem e apresentar exemplos do que se pode ou não fazer.

Incluir os menores de idade com regularidade no discurso jornalístico deveria ser tão normal como incluir a terceira idade, ou qualquer outra minoria ou grupo social com uma voz mais silenciada.

6.3. Partilha de responsabilidades

Ao longo da minha pesquisa bibliográfica, compreendi que existem dois mundos que raramente se cruzam ou interagem: o universo académico, do qual fazem parte investigadores de ciências sociais e humanas e de estudos dos *media*, e que têm como principais métodos de estudo a análise de conteúdos jornalísticos e a comparação de cenários nacionais/internacionais; do outro lado, os jornalistas, que trabalham diretamente com a matéria da História que se constrói todos os dias. Numa analogia com o meu próprio universo, diria que os primeiros são como os historiadores e os segundos como os cronistas.

Deste encontro quase anacrónico resulta, a meu ver, pouca visibilidade dos assuntos que merecem debate público. As investigações académicas restringem-se ao seu universo académico (resultando porventura em alguma sensibilização de jornalistas, que, como diz Lúcia Marôpo, já se encontram sensibilizados) e o trabalho jornalístico que reflete esta temática da infância e da adolescência não evolui positivamente, no sentido em que ainda não se dá a voz aos mais novos as vezes suficientes.

Conclui-se desta constatação que o debate tem de ser alargado a outras instâncias. Por mais que os órgãos reguladores e colaboradores da comunicação social participem nessa discussão, por meio da publicação de documentos ou da organização de seminários e colóquios, Portugal deveria ter, à semelhança do Brasil, um organismo específico que servisse como mediador, promovendo os direitos das crianças e a sua participação cívica junto dos órgãos de comunicação. Um organismo que monitorizasse os conteúdos publicados e sensibilizasse diretores e editores de redação.

Ou então, uma vez que o Estado português foi um dos primeiros signatários da CDC, repensar as estratégias que as organizações governamentais têm levado a cabo para promover os direitos das crianças junto dos jornalistas.

Embora não tenha ainda a visibilidade merecida, o Prémio Os Direitos da Criança em Notícia, atribuído pelo Fórum sobre os Direitos das Crianças e dos Jovens, e que vai já para a sua terceira edição em 2014, é um dos exemplos do que se pode fazer pela promoção da voz dos mais novos no jornalismo. A peça vencedora da edição anterior, na vertente de imprensa, coube ao Público e à jornalista Ana Cristina Pereira, a quem já vem sendo atribuída a especialização da infância.

6.4. Criação de vínculos

Outra das conclusões mais evidentes a que chego é que a problemática da representatividade de crianças e jovens nas notícias não assenta no número de peças que são escritas sobre eles e sim na forma como os seus interesses não são representados. Ou seja, como o seu direito de se expressar e de se afirmar enquanto cidadãos não é respeitado. O que, na minha perspetiva de professora-jornalista, tem uma consequência terrível: o jovem que não se sente representado e ouvido não tem motivação, interesse ou curiosidade para se iniciar no consumo de notícias, logo, crescerá com menos hábitos de leitura e ferramentas intelectuais que lhe permitam desenvolver espírito crítico e consciência cívica, tão fundamentais para a proatividade das

futuras gerações. Numa sociedade cujas distrações levam cada vez mais as pessoas para longe da participação civil, até que ponto um jornal que cria essa distância e não privilegia vínculos com os mais novos, não estará a comprometer a existência de futuros leitores?

O Público que já teve em tempos um projeto de vanguarda denominado “Público na Escola” foi, de certo modo, pioneiro na criação de um vínculo que terá sido porventura responsável pela saudável contaminação do espírito jornalístico na mente de centenas de jovens, ao longo de vários anos. Desde que o projeto deixou de existir, nunca mais o Público voltou a criar tais laços com os mais novos. O que me leva a sugerir, se não a reativação do mesmo projeto, pelo menos a criação de um novo, com contornos mais simplificados e que pudesse estabelecer essa ponte entre o jornal e os jovens, quer individualmente quer através das escolas.

Um suplemento, secção ou rubrica dentro da Sociedade, mesmo que fosse apenas Online, poderia ser um bom ponto de partida. Um espaço onde fosse possível dar voz a crianças e adolescentes, não só onde pudessem ser publicadas (ou filtradas) reportagens e notícias escritas de modo a serem lidas e tratadas em sala de aula ou em família, mas também um espaço onde os próprios jovens poderiam assumir a assinatura dos seus próprios textos.

Deste modo se serviriam dois propósitos nobres: a promoção da literacia e da participação cívica dos jovens, por um lado, e, por outro, uma certa fidelização ao jornal daqueles cujos interesses apareceriam representados.

VII. BIBLIOGRAFIA

ABRANTES, Pedro (2009). Alunos e Educação na Imprensa Diária Portuguesa. In PONTE, Cristina (ed.), Crianças e Jovens em Notícia, Lisboa: Livros Horizonte.

BUCKINGHAM, David (2009). Os direitos das crianças para os *media*. In PONTE, Cristina (ed.), Crianças e Jovens em Notícia, Lisboa: Livros Horizonte.

CARVALHO, Maria João Leote (2009). Cobertura jornalística da infância em risco social: principais instrumentos reguladores. In PONTE, Cristina (ed.), Crianças e Jovens em Notícia, Lisboa: Livros Horizonte.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA (1990). In http://www.cnpcjr.pt/Manual_Competencias_Comunicacionais/default.html (Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco)

JEMPSON, Mike (2003). Children and Media - A Global Concern: An overview of issues, contacts and resources, The PressWise Trust.

JEMPSON, Mike; **SEARLE**, Denise (2005). The Media and Children's Rights, MediaWise e Unicef.

LIVRO DE ESTILO DO PÚBLICO: PÚBLICO, Comunicação Social, março 2005.

MARÔPO, Lúcia (2009). Fontes de Informação e Direitos da Infância na cobertura jornalística portuguesa. In PONTE, Cristina (ed.), Crianças e Jovens em Notícia, Lisboa: Livros Horizonte.

MARÔPO, Lúcia (2013). Jornalismo e Direitos da Criança: conflitos e oportunidades em Portugal e no Brasil, Coimbra: Edições Minerva Coimbra.

PONTE, Cristina (2005). Crianças em Notícia: A Construção da Infância pelo Discurso Jornalístico (1970-2000), Lisboa: ICS/Imprensa de Ciências Sociais.

PONTE, Cristina (ed.) (2009). Crianças e Jovens em Notícia, Lisboa: Livros Horizonte.

PONTE, Cristina (2012). Crianças e Media: pesquisa internacional e contexto português do século XIX à atualidade, Lisboa: ICS/Imprensa de Ciências Sociais.

PONTE, Cristina; **AFONSO**, Bruna (2009). Crianças e jovens em notícia – Análise da cobertura jornalística em 2005. In PONTE, Cristina (ed.), Crianças e Jovens em Notícia, Lisboa: Livros Horizonte.